

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	10
5.5 - Alterações significativas	16
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	17

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	42
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	45
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	46
10.5 - Políticas contábeis críticas	49
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	51
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	53
10.8 - Plano de Negócios	54
10.9 - Outros fatores com influência relevante	57

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 5 de agosto de 2019. A Política é baseada nos princípios ABNT ISO 31000, norma internacional sobre gestão de riscos de qualquer atividade ou natureza e distribui papéis e responsabilidades ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário, à Diretoria Estatutária, à Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance. Esta metodologia fornece diretrizes para desenvolver um processo de gestão de riscos personalizado ao contexto interno e externo da Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos está disponível no site da Companhia (<https://ri.cesp.com.br/>)

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos da CESP estabelece diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos da CESP, bem como orienta os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisão estratégica e em conformidade com as melhores práticas de mercado. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia tem por fim estabelecer as diretrizes aplicáveis ao gerenciamento de riscos e as funções e competências das áreas envolvidas no controle, monitoramento e tratamento dos riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência que possam oferecer impactos negativos aos objetivos traçados pela administração da Companhia.

Os riscos descritos no item 4.1 e 4.2 podem ser agrupados em (i) riscos de negócio; (ii) riscos de mercado; e (iii) riscos hidrológicos.

Conforme previsto na Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, os riscos de negócio consistem em todos os riscos que podem impedir ou afetar o atingimento das decisões estratégicas da Companhia para os objetivos do seu negócio. Os objetivos podem ter diferentes aspectos, tais como metas financeiras, de saúde/ segurança e ambientais, podendo aplicar-se em diferentes níveis, tais como estratégico, em toda a Companhia, de projeto, de produto e de processo

No que concerne aos riscos de mercado, estes podem ser definidos como os riscos associados ao mercado de geração e comercialização de energia elétrica, incluindo impactos ligados à volatilidade dos preços de energia, à estratégia de comercialização de energia da Companhia, entre outros fatores correlatos, atribuídos à sua operação.

Com relação aos riscos hidrológicos, estes são caracterizados como todos os riscos associados ao negócio de geração de energia hidrelétrica e ocorre quando a geração total do conjunto de geradores hidrelétricos que integram o MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) é inferior à energia assegurada (garantia física) total do sistema.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Na condução dos seus negócios, a Companhia monitora esses riscos e define estratégias para mitigar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com sua Política de Gestão de Riscos.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

Em 2019, a CESP reformulou todo seu programa de gestão de riscos, desenvolvendo uma nova metodologia e aumentando a integração da gestão de riscos à sua estrutura organizacional. Nesse contexto, foi desenvolvido um novo modelo para levantamento de riscos operacionais e estratégicos envolvendo toda a liderança da Companhia em discussões focadas em cada área.

O processo de gestão de riscos é operacionalizado através de um sistema desenvolvido e parametrizado especificamente para as necessidades da CESP e integrado a uma ferramenta de estruturação de dados para construção e compartilhamento de painéis de gestão a todos os envolvidos no processo. A integração das duas ferramentas gerencia as informações relacionadas a cada risco e consolida a matriz de riscos da CESP.

A identificação de riscos passou a ser realizadas pelos responsáveis das respectivas áreas de negócio sob supervisão e gestão da Diretoria Estatutária da Companhia e do Comitê de Auditoria Estatutário.

Após a sua identificação pelas áreas de negócios, os riscos são classificados de forma padronizada e parametrizada de acordo com as seguintes características: categoria; processo; unidade; criticidade; descrição detalhada dos fatores de risco; horizonte de tempo; impacto com relação à Companhia e a terceiros; probabilidade de ocorrência/ e gestor do risco.

Uma vez identificados e classificados os riscos, elaborando-se, assim, a matriz de riscos, é realizada uma avaliação dos riscos, definindo-se as ações mitigatórias a serem adotadas. A Diretoria Estatutária é responsável pela gestão e monitoramento da evolução, potenciais impactos, a probabilidade de ocorrência e as ações mitigatórias de cada risco.

Além disso, o tema gestão de riscos possui pauta fixa nas reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, que reporta suas conclusões ao Conselho de Administração.

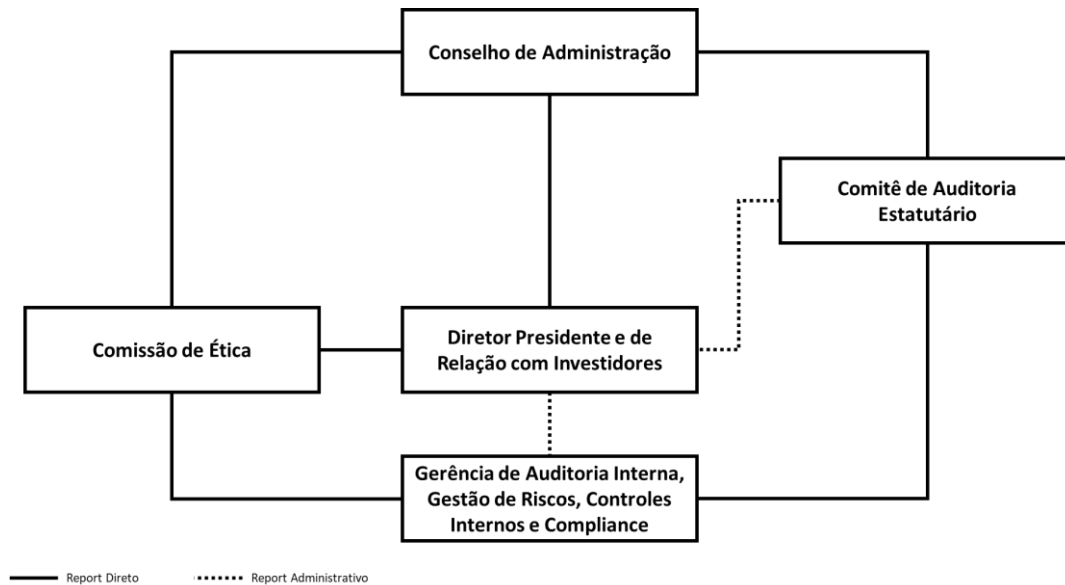
Destaca-se, ainda, que as práticas de gestão de riscos são informadas a todas as pessoas envolvidas no processo, permitindo que sejam transmitidas as informações de modo que as responsabilidades sejam executadas tempestiva e adequadamente. Assim, os funcionários da Companhia também recebem treinamento específico sobre gestão de riscos e sobre a metodologia utilizada internamente. A CESP adota, ainda, outros mecanismos para monitorar e mitigar determinados riscos, o que envolve a adoção de políticas e regulamentos internos, como o Código de Ética, que estabelece os padrões de comportamento esperados em todas as relações que envolvem a Companhia. Além disso, a Companhia criou a Linha Ética CESP, que foi implementada como um canal seguro e disponível para todos os públicos, suportado por uma Comissão de Ética, dedicada a analisar e tratar de quaisquer desvios eventualmente praticados por empregados e terceiros, frente aos padrões estabelecidos. Mais informações a respeito deste tema encontram-se no item 5.4 deste Formulário de Referência.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura para gerenciamento de riscos estratégicos e operacionais da CESP utiliza como base a ISO 31000 - Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes, a qual atribui papéis e responsabilidades bem definidos ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário, à Diretoria

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Estatutária, à Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e às Áreas de Negócio, conforme abaixo detalhado:



Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Estatutário

Têm como principal responsabilidade definir, em última instância, a estratégia de gestão de risco a ser implementada pela Diretoria Estatutária conforme previsto na política de riscos da Companhia. São responsáveis por aprovar a estratégia de gestão de riscos e o apetite a riscos do negócio com base nos cenários interno e externo, garantir que a Companhia possua as ferramentas adequadas para gerir seus riscos e revisar a classificação dos eventos de riscos e suas ações mitigatórias.

Diretoria Estatutária

É a principal executora e direcionadora da cultura de riscos da Companhia. Ela deve revisar a identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, garantir a integração da gestão de riscos nos ciclos de gestão do negócio, acompanhar e revisar as ações mitigatórias para redução da exposição a riscos e definir os recursos, metas e diretrizes para o bom funcionamento da gestão de riscos.

Donos de Risco (áreas de negócio)

São líderes com conhecimento técnico específico do negócio e capacitados pela área de gestão de riscos para gerir os riscos da Companhia. Eles são responsáveis por identificar, analisar, avaliar e tratar os riscos de modo a reduzir o impacto e/ou criticidade dos riscos. Os donos de riscos possuem uma agenda periódica de gestão de riscos definida anualmente e podem ser convocados a apresentar os riscos de sua área à Diretoria estatutária, ao CAE ou ao CA.

Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance

São responsáveis por coordenar o processo de gestão de riscos, bem como garantir o correto fluxo de informações e reporte na Companhia. Devem realizar a gestão de riscos conforme aprovado na política e desenvolver e aplicar as ferramentas, a estratégia, a metodologia e a cultura de gestão de riscos conforme aprovado pela Diretoria Estatutária, pelo CAE e pelo CA.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Além disso, deve também desenvolver ferramentas e fornecer treinamentos que facilitem a disseminação da gestão de riscos dentro da Companhia.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia possui um Sistema de Controles Internos com diretrizes a serem observadas em todos os níveis corporativos, visando ao fortalecimento dos controles, de forma a aprimorar a governança, mitigar riscos e prevenir erros e possíveis fraudes. Tal sistema é adequado para verificar a efetividade da política de gerenciamento de riscos adotada.

O Sistema de Controles Internos da Companhia é definido como um processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e demais funcionários. Nesse processo, há um conjunto de normativos internos, incluindo as Políticas Corporativas, o Código de Ética, os Regimentos Internos, as Normas Gerenciais e os Procedimentos Operacionais, os quais estão disponíveis a todos os funcionários da Companhia e foram aprovados por alçada competente, com o propósito de garantir o desmembramento dos objetivos estratégicos e operacionais, além de reduzir a possibilidade de perdas financeiras e de danos à imagem institucional, aprimorar a qualidade das informações contábeis, financeiras e gerenciais, bem como salvaguardar a conformidade com a legislação e regulamentação vigentes.

O Sistema de Controles Internos é periodicamente monitorado, revisado e atualizado, para que eventuais deficiências identificadas sejam pronta e integralmente corrigidas, para garantir sua efetividade e alinhamento às melhores práticas.

Os gestores da Companhia são responsáveis pelos controles internos dentro de suas atribuições delegadas e possuem atribuições para a tomada de ações de regularização de eventuais deficiências identificadas na performance dos controles.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia possui práticas e controles de gestão de risco de mercado que buscam as melhores práticas e metodologias, satisfazendo as necessidades atuais de gestão. Apesar de não possuir uma política exclusiva para gerenciamento de riscos de mercado a Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração, em 5 de agosto de 2019, e descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, traz o processo de gerenciamento de riscos aos quais a Companhia está exposta de uma maneira geral, incluindo dos riscos de mercado.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia está exposta ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado, conforme descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, que podem impactar seu fluxo de caixa e o balanço patrimonial, dentre os quais destacam-se:

- Risco cambial: compreende o risco decorrente da exposição da Companhia à variação de moeda estrangeira conforme previsto nos contratos de venda de energia.
- Risco de taxa de juros / inflação: trata-se do risco de elevação das taxas de juros e da inflação que podem acarretar o aumento das despesas financeiros relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia.
- Risco de crédito: trata-se do risco de inadimplência de clientes devido à falta de capacidade financeira para honrar suas dívidas.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia é parte em contratos de venda de energia, que possuem cláusula de ajuste vinculada à cotação do dólar norte americano. Para se proteger de uma possível variação cambial abrupta que possa impactar a preço de venda de energia pactuado em tais contratos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção patrimonial. A Companhia não tem como prática a utilização de instrumentos financeiros derivativos para proteção contra a variação de taxa de juros e inflação.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos *Non Deliverable Forward* (NDF), como instrumento de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio decorrente de contratos de venda de energia com cláusula de ajuste vinculada à taxa do dólar.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia está exposta a determinados riscos de mercado resultantes do curso normal de seus negócios, incluindo variações nas taxas de juros, taxas de inflação e câmbio, os quais são constantemente monitorados pela Diretoria, pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração. A Companhia busca gerenciar os riscos através dos processos de gerenciamento de riscos descritos no item 5.1 deste Formulário de Referência, por meio da identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para fins que não sejam proteção (*hedge*).

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Além da estrutura geral de gerenciamento de riscos descrita no item 5.1, a estrutura para gerenciamento de riscos de mercado na CESP encontra-se subordinada à Diretoria Financeira, garantindo independência no suporte às tomadas de decisões comerciais e suportando a gestão do balanço energético. Ademais, a Companhia conta com uma Comissão de Comercialização de Energia, composta por 2 (dois) membros indicados pelo Conselho de Administração, podendo ou não pertencer ao Conselho, com um mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser destituídos pelo Conselho de Administração a qualquer momento.

Tal comissão tem como objetivo (i) acompanhar as posições de compra e venda de energia assumidas pela Companhia; (ii) promover a discussão sobre cenários e perspectivas do mercado de energia nacional; (iii) promover a discussão sobre a estratégia de comercialização da Companhia; (iv) supervisionar a gestão do risco de mercado e do risco hidrológico dentro dos parâmetros previamente estabelecidos e acompanhar as ações propostas pela Companhia para a sua mitigação quando os limites forem extrapolados, conforme procedimentos estabelecidos nas normas internas de Risco de Mercado e de Risco Hidrológico; (v) incentivar e assegurar que a Companhia atue na comercialização de energia de acordo com as melhores práticas de mercado; e (vi) elaborar recomendações e pareceres sobre os temas de comercialização de energia para suportar a decisão do Conselho de Administração.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

As áreas responsáveis para atuar na gestão dos riscos mencionados adotam mecanismos e procedimentos de monitoramento contínuos e normas e procedimentos, além de práticas reconhecidamente de mercado, que buscam mitigar os riscos e atuar na prevenção de sua materialização.

A administração da Companhia acredita que a estrutura operacional e de controle internos da Companhia está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Gestão de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca promover a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos, que têm o objetivo de fornecer garantia razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e à preparação das demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas de mercado adotadas no Brasil e com as IFRS publicadas pela IASB.

A Companhia estabelece atribuições e responsabilidades aos seus órgãos societários e áreas de negócios, incluindo o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário, a Diretoria Estatutária, a Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e o sistema de controles internos da Companhia ("Sistema de Controles Internos"), visando, entre outros, à verificação e estrita observância dos processos relacionados aos controles internos da Companhia.

O Sistema de Controles Internos consiste em um processo estruturado com o propósito de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios, de modo a assegurar a conformidade com as legislações, regulamentações vigentes e documentos normativos internos da Companhia, incluindo Políticas Corporativas, o Código de Ética, Regimentos Internos, Normas Gerenciais e Procedimentos Operacionais, com o intuito de (i) reduzir a possibilidade de perdas financeiras e de danos à imagem institucional da Companhia, (ii) aprimorar a qualidade das informações contábeis, financeiras e gerenciais da Companhia, (iii) fortalecer os controles internos e procedimentos de governança da Companhia, e (iv) mitigar potenciais riscos e prevenir erros e possíveis fraudes.

O Sistema de Controles Internos é constantemente monitorado, revisado e atualizado, para que eventuais deficiências identificadas sejam corrigidas, garantindo a continuidade de suas melhores práticas. A área de Controles Internos da Companhia compreende a área de Riscos, Controles e Compliance que se reporta funcionalmente ao Comitê de Auditoria Estatutário e administrativamente ao Diretor Presidente da Companhia.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos quando possuam impacto nas demonstrações contábeis, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, quando aplicável, e Auditoria Interna.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

O conjunto de procedimentos de controles internos da Companhia é desempenhado e monitorado por meio de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário, a Diretoria Estatutária e a Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance ("Gerência AI e RCC"), bem como as áreas de negócios.

O Conselho de Administração deve ter ciência das deficiências significativas e fraquezas materiais encontradas no ambiente de controles internos da Companhia validando as ações cabíveis para mitigação das falhas encontradas. Para tanto, conta com o rápido apoio do Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de caráter consultivo e independente, que tem por finalidade assessorar no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e supervisão: (i) dos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

processos de apresentação de relatórios contábeis e financeiros; (ii) dos processos de controles internos, avaliação e monitoramento de riscos e gerenciamento de compliance; (iii) das atividades dos auditores internos e auditores externos independentes; e (iv) dos assuntos pertinentes ao Código de Ética.

A Gerência de AI e RCC é responsável por (i) estruturar os processos a serem desempenhados no tocante aos controles internos, (ii) aplicar as ferramentas, a estratégia e a metodologia de controle, conforme aprovado pela Diretoria, e (iii) garantir o correto fluxo de informações e reporte na Companhia. Ademais, devem também desenvolver ferramentas e fornecer treinamentos que facilitem a aplicação e fiscalização dos controles de mitigação de riscos dentro da Companhia. Ainda, atuam na operacionalização dos padrões de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance homologados pela Administração, bem como são responsáveis pela auditoria interna, com a verificação da efetividade no cumprimento de regras internas e externas.

A Companhia também conta com uma estrutura de auditoria interna, subordinada funcionalmente ao Comitê de Auditoria Estatutário e administrativamente ao Diretor Presidente, com independência de atuação e comunicação junto ao Comitê de Auditoria Estatutário em todas as áreas, processos e sistemas que avalia a adequação dos controles internos de modo abrangente.

As Áreas de Negócios são responsáveis por identificar, analisar, avaliar e tratar os riscos de modo a reduzir o impacto e/ou criticidade dos riscos.

Por fim, o Conselho Fiscal da Companhia é um órgão de caráter não permanente, cuja competência é, dentre outros, fiscalizar as ações praticadas pelos administradores da Companhia, opinar sobre as suas contas (incluindo as demonstrações financeiras e modificações de capital) e acompanhar os trabalhos realizados pelos auditores independentes, inclusive quanto aos apontamentos de eventuais deficiências nos controles internos.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Sistema de Controles Internos possui comunicação direta com a Diretoria, além de compartilhar resultados de suas avaliações em reuniões periódicas, as quais participam os gestores responsáveis pelos controles, bem como mantém pautas ativas e recorrentes com o Comitê de Auditoria Estatutário demonstrando eventuais resultados.

A Diretoria possui papel ativo na disseminação de informações relativa aos controles estabelecidos como necessários e sobre a importância em mantê-los atualizados e em constante observância.

Os trabalhos realizados pela auditoria interna, bem como o acompanhamento dos planos de ação das áreas da Companhia sobre os pontos listados no relatório circunstanciado da auditoria independentes são apresentados para o Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal, se instalado, e Conselho de Administração, com periodicidade trimestral.

Cabe, ainda, ressaltar a atuação do Conselho de Administração nesse processo, cujas responsabilidades previstas em regimento incluem:

(i) aprovar e/ou revisar eventuais políticas corporativas da Companhia, tais como, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Dividendos, a Política de Negociação de Valores Mobiliários e Divulgação de Informações, a Política de Gestão de Riscos, a Política de Meio Ambiente, a Política de Indicação, a Política de Anticorrupção, a Política de Alçadas, entre outras;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(ii) implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que a Companhia esteja exposta, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; e

(iii) aprovar os parâmetros da estruturação do canal de denúncias, o qual, na Companhia, é denominado “Linha Ética CESP”. Para mais informações sobre o canal de denúncias da Companhia, ver item 5.4(b) deste Formulário de Referência.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Durante a execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes da Companhia não identificaram deficiências significativas de controles internos.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme descrito no item “d” acima, os auditores independentes da Companhia não identificaram deficiências significativas de controles internos durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Contudo, foram identificadas algumas deficiências que, embora não tenham gerado impactos na auditoria das demonstrações financeiras, foram objeto de sugestões para aperfeiçoamento por parte dos auditores independentes da Companhia. Nesse sentido, ressalta-se que a Diretoria da Companhia avalia e monitora trimestralmente eventuais deficiências apresentadas pelos auditores independentes e estabelece planos de ação para implementação das recomendações feitas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia aprovou seu novo Código de Ética, em 18 de março de 2019 e, ao longo do mesmo ano, estabeleceu todas as políticas corporativas aplicáveis à gestão pós-privatização, a saber, (i) Política de Alçadas; (ii) Política de Gestão de Riscos; (iii) Política de Comercialização de Energia; (iv) Política de Transações com Partes Relacionadas; (v) Política de Meio Ambiente; (vi) Política de Saúde e Segurança; (vii) Política de Negociação e Divulgação; (viii) Política de Seguros; (ix) Política Anticorrupção; e (x) Código de Ética.

Estes normativos foram aprovados pelo Conselho de Administração e passaram a compor as diretrizes fundamentais para a condução dos negócios, pela CESP e qualquer entidade que atue em seu nome.

O Código de Ética está disponível no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.cesp.com.br/>) e no website da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

As estruturas de Controles Internos, de Gestão de Riscos e de Compliance contemplam diretrizes relativas à integridade e endereçam procedimentos a serem observados em todos os níveis corporativos, visando ao fortalecimento da transparência nas relações internas e externas à CESP.

Vale notar, ainda, que os riscos de conformidade fazem parte de um dos grupos de risco monitorados pela Companhia no âmbito da Política de Gerenciamento, cujas diretrizes e procedimentos já foram detalhados no item 5.1 deste Formulário de Referência.

O Comitê de Auditoria Estatutário da CESP teve seu regimento revisado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de outubro de 2019. Atua de forma assídua na avaliação do planejamento e execução de auditorias internas, dos resultados de análises de Riscos, dos relatórios de efetividade de Controles Internos e do incentivo ao cumprimento das diretrizes de integridade.

A Política Anticorrupção exige o cumprimento de todas as leis que regem as situações de anticorrupção, em todos os locais em que a CESP atua. Estabelece as diretrizes para condução dos negócios da Companhia com integridade, ética, transparência e legalidade, de acordo com as leis e regulamentos vigentes, diante das situações que possam se caracterizar ou envolver eventuais atos de Corrupção, Fraude, Suborno e Lavagem de Dinheiro. Dentre as diretrizes definidas, estão abarcados os seguintes temas:

- Comprometimento com a Integridade
- Brindes, Presentes, Hospitalidades e Entretenimento
- Doações, Patrocínios e Contribuições
- Contratação de Terceiros e demais agentes privados
- Contratação de Empregados
- Fusões e Aquisições
- Pagamentos de Facilitação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Integridade das Informações Contábeis e Financeiras

Todas as lideranças são incentivadas a cumprirem as diretrizes estabelecidas e contam com uma Área de Compliance como segunda linha de defesa, que orienta e atua no esclarecimento e definição de regras internas (normativos de nível tático/ operacional), para cumprimento dos requisitos definidos pela Administração.

Por fim, a CESP aprovou seu Programa de Compliance, definido como um conjunto de regras, padrões, ferramentas e procedimentos que, alinhados às diretrizes estratégicas, objetiva zelar pelo cumprimento das normas e regulamentos internos ou externos, pela aplicação dos padrões de conformidade, pelo engajamento de todos e pela constante conscientização sobre os padrões de conduta esperados pela Companhia. O Programa de Compliance CESP abrange todos os seus empregados, terceiros, parceiros e demais *stakeholders* da Companhia.

O Programa de Compliance CESP é composto por 07 Pilares, 06 Funções e 06 Instrumentos que, formando um Framework interligado, consolida o escopo e os procedimentos necessários à conformidade integral de seus negócios. A seguir, a Composição do Programa de Compliance CESP:

Pilares:

- Leis e Regulamentos
- Licenças, Autorizações e Certificações
- Contratos e Acordos
- Relatórios Externos
- Defesa da Concorrência / Antitruste
- Prevenção a Perdas e Fraudes
- Prevenção à Corrupção

Funções

- Captura de Leis e Normas
- Gestão de Documentos Críticos
- Acultramento
- Linhas de Comunicação
- Monitoramento
- Gestão da Consequência

Instrumentos

- Observatório de Compliance
- Políticas e Procedimentos
- Educação e Treinamento
- Canal de Ouvidoria

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Sistemas de Monitoramento de Obrigações
- Orientações disciplinares e medidas corretivas

A implantação do Programa de Compliance da CESP foi intensificada, ao longo de 2020, com ênfase nos Pilares 1. Prevenção à Corrupção, 2. Licenças, Autorizações e Certificações e 3. Defesa da Concorrência/ Antitruste e 4. Leis e Regulamentos. A disseminação de todo o escopo está prevista para 2021, levando-se em conta o nível de priorização definido pela Administração e o nível de implementação dos instrumentos que suportam os pilares do Programa.

Empregados e terceiros da CESP foram engajados em treinamentos e campanhas de conscientização sobre o Programa de Compliance, de forma abrangente ou específica por pilar/ área de exposição a riscos. Como exemplos de temas ministrados, estão a capacitação sobre o Programa de Compliance e o Pilar Anticorrupção, Relacionamentos com o Governo, Gestão de Contratos, Due Diligence de Integridade, Conduta Ética e o Direito da Concorrência e Perdas e Fraudes aliada às Tendências em Control Transformation. Novos treinamentos estão contemplados no calendário de 2021, cuja agenda está conciliada com a implementação de novos instrumentos de sustentação dos Pilares de Compliance.

Como iniciativa de destaque sobre integridade na CESP, foi realizada, em outubro de 2020, a primeira edição do Compliance Day, movimento anual que consiste em um dia dedicado à Ética, Integridade e Conformidade. O Compliance Day da CESP foi celebrado com peças de comunicação e uma palestra sobre Ética, que contou com o engajamento dos administradores e a participação de todos os empregados e terceiros, de forma a reforçar a relevância da ética nos negócios da Companhia. A CESP continuará realizando seu Compliance Day anualmente, atendendo a uma necessidade viva de protagonizar a integridade em suas operações.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

As seguintes estruturas organizacionais da Companhia estão envolvidas no monitoramento do funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

Comitê de Auditoria Estatutário

A Companhia possui também um Comitê de Auditoria Estatutário, cuja criação foi aprovada em Conselho de Administração, assumindo competências diversas em relação à Integridade: (i) monitorar o planejamento e resultado das Atividades da Auditoria Interna; (ii) garantir que a Auditoria Interna e a Auditoria Externa desempenhem seu trabalho a contento; (iii) opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente, além de supervisionar a qualidade e adequação de seus serviços à Companhia; (iv) supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controles internos e de elaboração das demonstrações financeiras; (v) monitorar a observância das leis, dos atos normativos, dos órgãos fiscalizadores e reguladores, das políticas e diretrizes internas e demais regulamentos, bem como o envolvimento da Diretoria na consecução desse objetivo; (vi) avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia; (vii) zelar pelo cumprimento do Código de Ética e da efetividade da Linha Ética.

Comissão de Ética

Dentre outras responsabilidades, compete à Comissão de Ética avaliar casos de violação ao Código de Ética CESP e deliberar sobre as ações a serem tomadas, estabelecer sanção a atos faltosos, garantir sigilo das denúncias e imparcialidade dos julgamentos, estimular o comprometimento dos empregados e da alta direção com os mais altos padrões de integridade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

As deliberações da Comissão de Ética zelam pela independência, sigilo e imparcialidade e condenam qualquer forma de discriminação, retaliação ou represália aos denunciante e aos envolvidos em eventuais averiguações.

Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance (Gerência de AI e RCC)

Atua na operacionalização dos padrões de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance homologados pela Administração, como segunda linha de defesa.

Também responde pela auditoria interna, com a verificação da efetividade no cumprimento de regras internas e externas, cumprindo seu papel de terceira linha de defesa da CESP. A Gerência de AI e RCC reporta-se funcionalmente ao Comitê de Auditoria Estatutário e administrativamente ao Diretor Presidente da CESP.

(iii) código de ética ou de conduta

A Companhia adota o Código de Ética, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 18 de março de 2019, e que estabelece o padrão de comportamento esperado de seus profissionais e formaliza o seu compromisso com os valores e princípios da Companhia, de modo a orientar a tomada de decisões que têm implicações éticas e que podem, eventualmente, afetar a reputação da Companhia.

Estabelece ainda a forma de administrar conflitos; enfatizar a importância e a necessidade de contínuo aprimoramento cultural e profissional de todos os envolvidos; incentivar o relacionamento construtivo com outras entidades, fornecedores, clientes, credores, investidores, autoridades e comunidades e com seus próprios administradores, conselheiros fiscais e empregados, elevando o nível de confiança nas relações internas e externas; preservando a imagem e a reputação da Companhia, sempre associada a valores indispensáveis para um relacionamento de alto nível.

O Código de Ética da Companhia aplica-se igualmente aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de Comitês, diretores, empregados, contratados e aqueles que estejam, direta ou indiretamente, relacionados com a Companhia. Todos devem tomar conhecimento de seu conteúdo no momento de sua vinculação com a Companhia, assinar o termo de compromisso e se comprometer a assegurar que suas ações estejam alinhadas aos seus princípios e valores.

Todos os empregados e administradores da Companhia foram convidados a participar do evento de lançamento do novo Código de Ética, conforme atualizado em março de 2019, e da nova Linha Ética CESP, ocorrido em maio de 2019.

Em outubro de 2019, a liderança da CESP foi engajada em um Workshop com a consultoria Deloitte que tratou de Elaboração, Controle e Gestão de Normativos, dando início à revisão das normas internas da Companhia.

Já no início de 2020, todos os empregados foram engajados na atualização dos normativos táticos e operacionais da Companhia, que contou com um repositório centralizado e controlado na forma de uma ferramenta de gestão de documentos, implementado em junho de 2020.

Em conjunto com a área de Recursos Humanos, a Companhia estabeleceu um Plano formal de Treinamento de Compliance e um Plano de Comunicação de Compliance, visando à educação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

e comunicação continuada do Programa de Compliance aprovado pela Administração. Em julho de 2020, iniciou-se a primeira campanha de comunicação interna de Compliance, chamada “Jornada da Integridade”, cuja missão principal foi a de enfatizar as diretrizes do nosso código de ética e da nossa política anticorrupção. A campanha contou com peças de conteúdo educativo e interativo que abrangeu todo o público-alvo da CESP. Em continuidade à campanha de comunicação, lançamos, em setembro de 2020, o treinamento obrigatório “Somos Todos Integridade”, que garantiu a disseminação, em todos os níveis, das diretrizes da Administração quanto aos comportamentos éticos esperados de todos. Os novos contratados também realizam o treinamento obrigatório de Compliance, que os prepara para uma cultura regida pela integridade nos negócios. Adicionalmente, a CESP está abrangendo em seu calendário de 2021 os treinamentos anuais de reciclagem sobre as diretrizes do nosso Código de Ética e da Política Anticorrupção.

O Código de Ética da CESP prevê que seu descumprimento é considerado conduta inadequada e que pode levar a uma medida disciplinar. Todas as denúncias e comunicações encaminhadas via canal de denúncias são recebidas e apuradas pela área de Compliance. Caso tenha ocorrido uma violação, eventual medida disciplinar ou corretiva será determinada por meio de consulta com os devidos especialistas, incluindo os departamentos Jurídico, de Compliance e de Recursos Humanos da Companhia.

A aplicação de medidas corretivas depende da gravidade da violação e de outras circunstâncias relevantes.

As medidas disciplinares podem compreender (i) advertência verbal ou por escrito; (ii) suspensão; ou (iii) demissão com ou sem justa causa. Os casos de aplicação da gestão de consequências servem para embasar a Comissão de Ética a tomar medidas semelhantes para os casos tratados.

O Código de Ética da CESP teve sua última atualização aprovada pelo Conselho de Administração da CESP em 18 de março de 2019 e, no início de maio, foram realizados eventos com palestras e treinamento em todas as unidades da empresa para o lançamento do novo documento e também para o lançamento da Linha Ética, o canal para o envio de dúvidas relacionadas ao Código de Ética e denúncias de irregularidades.

O Código de Ética está disponível na intranet, no website da Companhia: www.cesp.com.br, no website de Relações com Investidores da CESP (ri.cesp.com.br) e no website da CVM (www.cvm.gov.br). Todos os empregados recebem a versão impressa do documento e assinam um termo de ciência do seu conteúdo.

(b) canal de denúncia

A Linha Ética da CESP consolida-se como referência no reporte de relatos que infringem aos padrões de integridade definidos no Código de Ética. O canal está disponível 7 dias da semana, 24 horas por dia. Qualquer pessoa, interna ou externa à empresa (empregados, fornecedores, comunidade em geral, investidores, etc.), pode acionar a Linha Ética CESP para o envio de dúvidas relacionadas ao seu Código de Ética e também para denunciar irregularidades percebidas em seu ambiente de negócios. O canal pode ser acessado por um número de telefone gratuito - 0800 591 1609 ou via site - www.linhaeticacesp.com.br, de forma anônima ou identificada. As informações relatadas são recebidas e registradas por uma empresa externa, independente e especializada que, após tratamento inicial das informações, encaminha o conteúdo do relato para análise da área de Compliance da CESP, assegurando o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Todos os relatos registrados na Linha Ética CESP são analisados pela Comissão de Ética, órgão executivo subordinado ao Conselho de Administração, dotado de total independência e autonomia. A Comissão de Ética da CESP é composta por 3 (três) membros de reputação ilibada, com competências, experiências e habilidades complementares, escolhidos pelo Diretor Presidente e ratificados pelo Conselho de Administração.

O canal de denúncias é operado por um terceiro, a ICTS Auditoria e Consultoria em Gestão de Riscos e Compliance, especializada na operação de canais dessa natureza. Denominado “Linha Ética CESP”, o canal está disponível os 7 dias da semana, 24 horas por dia. Qualquer pessoa, interna ou externa à Companhia pode acessar a Linha Ética CESP. O canal pode ser acessado por um número de telefone gratuito - 0800 591 1609 - ou via site - www.linhaeticacesp.com.br

Todos os relatos são recebidos pela Área de Compliance e levados a Comissão de Ética da CESP, para as devidas tratativas.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A Companhia entende que caso venha a participar de processos de fusão, aquisição ou reestruturações societárias, seguirá a prática de mercado e contratará assessores jurídicos e financeiros com reconhecida qualidade técnica e alta reputação de mercado para realização de processos de due diligence que possibilitem uma visão global ou pontual sobre os aspectos jurídicos, fiscais, financeiros, societários, trabalhistas, bem como mapear eventuais riscos aos quais tais sociedades estariam expostas.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, considerando que, como descrito nos itens anteriores, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

No último exercício social não ocorreram alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta nem na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações contábeis consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – “IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas no item 10 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

(i) condições financeiras

2020

Em 2020, a produção de energia pelas usinas da CESP ficou em linha com a verificada no ano de 2019 (aumento de 3 MWm) e foi motivada por uma geração menor no primeiro semestre por conta da redução da carga do SIN devido aos efeitos da pandemia do COVID-19 e pela crise hídrica que se acentuou no segundo semestre.

Com relação às UHEs Paraibuna e Jaguari, a programação de produção dessas usinas se dá em função do controle da vazão na bacia do rio Paraíba do Sul, com a definição pelo ONS da vazão defluente das usinas da cascata com o objetivo de atendimento às restrições hidráulicas da bacia. No final de 2020 o ONS solicitou a redução da geração nas usinas de cabeceira da bacia do rio Paraíba do Sul em função do início do período chuvoso e do aumento da vazão do rio Paraíba do Sul.

Em 2020, as usinas operadas pela CESP atingiram o índice de disponibilidade médio de 95,7%, valor superior ao 93,9% de 2019, demonstrando de forma contínua a manutenção das usinas em 2020 e o bom desempenho operacional dos ativos de geração.

A Receita Operacional Líquida em 2020 totalizou R\$1,9 bilhão, aumento de R\$346 milhões (+22%) em relação a 2019, majoritariamente decorrente de:

- Comercializadoras: Aumento de R\$323 milhões decorrente, principalmente: (i) das condições contratuais previamente acordadas com as contrapartes (sazonalização de energia vendida); (ii) liquidação de saldo junto a CCEE no montante de ~R\$57 milhões e (iii) pela atualização dos contratos indexados ao dólar.
- Trading: início das operações de trading pela CESP Comercializadora, com receita de R\$112 milhões em 2020.
- Distribuidoras: Aumento de R\$17 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Instrumentos Derivativos: Redução de R\$117 milhões pela variação do dólar no exercício na liquidação de instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial dos contratos do mercado livre, indexados ao dólar.
- Energia de curto prazo: Redução de R\$17 milhões devido a nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinada com uma gestão otimizada dos recebíveis na CCEE em decorrência da inadimplência sistêmica.

O EBITDA ajustado totalizou R\$1.014 milhões em 2020 com margem de 53%, valor 35% acima de 2019. As variações do EBITDA ajustado podem ser explicadas, principalmente pelo aumento de 22% na receita líquida de 2020, principalmente, decorrente do início das operações da CESP Comercializadora, com os custos e despesas de 2020 no mesmo patamar de 2019.

O endividamento bruto em 31 dezembro de 2020 era de R\$1.826 milhões contra R\$1.791 milhões ao final de 2019.

Como estratégia da gestão do endividamento, em agosto, a CESP captou R\$ 1,5 bilhão pela emissão da 12ª Debênture de infraestrutura a uma taxa de IPCA + 4,30% a.a. e prazo de 10 anos. A captação foi realizada com o objetivo de pré-pagar, parcialmente, as debêntures emitidas no âmbito da 11ª Emissão, que, por sua vez, foram emitidas com a finalidade de financiar o pagamento da outorga de renovação da concessão da UHE Porto Primavera. Com essa operação a dívida da CESP teve um aumento de cinco anos no prazo médio, mantendo, porém, o custo médio, além de melhorar as condições contratuais de forma mais adequá-las ao novo perfil de crédito da CESP. Em 31 de dezembro de 2020, o prazo médio da dívida era de 7,8 anos.

A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de dezembro de 2020 era R\$713 milhões contra R\$741 milhões em dezembro de 2019. A dívida líquida em 31 de dezembro de 2020 era de R\$1.216 milhões.

A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA ajustado, que atingiu o pico de 4,0x no segundo trimestre de 2019, chegou a 1,2x no final de 2020.

Os indicadores econômico-financeiros da CESP tiveram certa variação, explicado, principalmente, pela emissão das debêntures em 2019 o que aumentou a participação da capital de terceiros. Vide tabela a seguir:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Endividamento do Ativo	0,48x	0,45x	0,31x
Participação de Capital de Terceiros	0,91x	0,81x	0,45x
Liquidez Corrente	1,06x	1,12x	0,97x

2019

A produção de energia na CESP, em 2019, foi 3% inferior em relação ao ano de 2018. Essa redução foi motivada por uma afluência menor na região Sudeste, que conduziu o Operador Nacional do Sistema (“ONS”) a praticar uma política de operação em que se manteve a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Mota (“UHE Porto Primavera”) com geração reduzida grande parte do período seco para preservar o armazenamento dos reservatórios nas bacias dos rios Paranaíba e Grande.

Com relação às usinas de Paraibuna e de Jaguari (“UHE Paraibuna” e “UHE Jaguari”), a geração dessas usinas é função do controle de vazão na bacia do rio Paraíba do Sul, onde o ONS define

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a vazão defluente dessas usinas para não violar as restrições hidráulicas à jusante do restante da bacia.

Em 2019, as usinas operadas pela CESP atingiram o índice de disponibilidade médio de 93,9%, com aumento em relação a 2018 quanto atingiu o nível de 93,7%, demonstrando de forma contínua a boa gestão da manutenção e, consequentemente, maior eficiência na gestão da disponibilidade das usinas em 2019.

O índice de disponibilidade das usinas da CESP é consistentemente superior aos valores de referência estabelecidos pela ANEEL, demonstrando a eficiência na gestão da operação e manutenção de suas usinas.

A Receita Operacional Líquida em 2019 totalizou R\$1,6 bilhão, redução de R\$63 milhões (-4%) em relação a 2018, majoritariamente decorrente de:

- Energia de curto prazo: Redução de R\$48 milhões devido à nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinado com uma gestão otimizada dos recebíveis na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) em decorrência da inadimplência sistêmica.
- Comercializadoras: Redução de R\$65 milhões devido ao término e redução de contratos existentes a fim de equacionar o balanço energético da Companhia.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- Deduções e outras receitas: Redução de R\$35 milhões devido à alteração do regime da UHE Porto Primavera para Produtor Independente de Energia, deixando de incidir a Reserva Global de Reversão (“RGR”) e passando a incidir o encargo de Uso de Bem Público (“UBP”).
- Distribuidoras: Aumento de R\$19 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

Em 2019, o EBITDA ajustado foi de R\$752 milhões e margem EBITDA de 48%, aumento de R\$249 milhões em relação ao ano de 2018.

O aumento no EBITDA ajustado é explicado, principalmente, pela redução nos custos e despesas advindos majoritariamente da redução no custo com energia comprada e demais custos e despesas gerenciáveis parcialmente compensada pela redução na receita devido a nova estratégia de gestão do balanço energético da Companhia.

O endividamento bruto em 31 dezembro de 2019 era de R\$1.791 milhões contra R\$216 milhões ao final de 2018. O aumento no endividamento decorre da 11ª emissão de debêntures da Companhia, realizada com o objetivo de pagar a outorga para a renovação da concessão da UHE Porto Primavera, com remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de sobretaxa de 1,64% ao ano, sendo que o pagamento da remuneração será realizado semestralmente e o principal terá prazo de vencimento em 2025. Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio da dívida era de 4,4 anos. A dívida bruta está alocada em moeda nacional e indexada ao CDI.

A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de 2019 era R\$741 milhões¹ contra R\$411 milhões em dezembro de 2018. A dívida líquida² em 31 de dezembro de 2019 era de R\$1.010 milhões.

¹ Considera o valor do aporte na CESP Comercializadora.

² Considera o valor do aporte na CESP Comercializadora, empréstimos e financiamento, arrendamento mercantil, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2018

A garantia física bruta da CESP no ano de 2018 foi de 1.002,6 MW médios, comercializados (i) no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), com 32 empresas distribuidoras e (ii) no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), com 5 clientes livres e 3 comercializadoras. As diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada foram contabilizadas e liquidadas na CCEE.

As condições hidrológicas bastante desfavoráveis, em 2018, fizeram com que as usinas hidrelétricas do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) fossem despachadas aquém de suas garantias físicas durante grande parte do ano, resultando em *Generation Scaling Factor* (“GSF”), condição em que os geradores do MRE devem arcar com o déficit entre geração e garantia física. Esta diferença é valorada ao PLD (Preços de Liquidação das Diferenças) que determina os preços do mercado de curto prazo e é a base para o Mercado Livre de Energia.

As receitas operacionais de 2018 alcançaram R\$1.927,3 milhões, com aumento de 10,1% em relação ao exercício de 2017, resultado, principalmente, do crescimento de 17,2% nas vendas no ambiente de contratação livre e de 119,3% no faturamento de energia disponível comercializados no âmbito da CCEE.

As operações da Companhia propiciaram EBITDA calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012 de R\$502,7 milhões ajustado por provisões para riscos legais e reversão de provisão para redução ao valor recuperável, representando aumento de 29,3% quando comparado ao exercício anterior.

A operação de transferência de controle da Companhia teve origem no âmbito do procedimento licitatório disciplinado pelo Edital n.º SF 001/2018 do Governo do Estado de São Paulo, datado de 6 de julho de 2018 (“Edital Desestatização”).

No Edital Desestatização foram estabelecidas as regras e os procedimentos aplicáveis à alienação de 116.450.219 (cento e dezesseis milhões, quatrocentas e cinquenta mil e duzentas e dezenove) ações de emissão da Companhia, sendo 87.521.950 (oitenta e sete milhões, quinhentas e vinte e um mil, novecentas e cinquenta) ações ordinárias, e 28.928.269 (vinte e oito milhões, novecentas e vinte e oito mil, duzentas e sessenta e nove) ações preferenciais classe B, então detidas pelo Estado de São Paulo (“Estado”) e por sociedades sob seu controle (“Vendedores”).

Em 19 de outubro de 2018, ocorreu o leilão das ações da Companhia, no qual se sagrou vencedor o Consórcio São Paulo Energia, constituído pela VTRM Energia Participações S.A. (“VTRM”) e pela SF Ninety Two Participações Societárias S.A. (“SF 92”), na proporção de 50% (cinquenta por cento) de participação para cada uma das consorciadas.

Em 10 de dezembro de 2018, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações entre, de um lado, a VTRM e a SF 92, na qualidade de compradoras e, de outro lado, os Vendedores, que teve como objeto a aquisição de 87.521.950 (oitenta e sete milhões, quinhentas e vinte e um mil e novecentas e cinquenta) ações ordinárias e 28.928.269 (vinte e oito milhões, novecentos e vinte e oito mil, e duzentos e sessenta e nove) ações preferenciais classe B detidas pelos Vendedores, representativas de 35.56% (trinta e três inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) das ações de emissão da Companhia (“Primeira Tranche de Ações do Leilão”).

Em 11 de dezembro de 2018, ocorreu a liquidação da Primeira Tranche de Ações do Leilão, por um valor atualizado de R\$ 1.721.438.655,49 (um bilhão, setecentos e vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), correspondente a R\$14,78 (quatorze reais e setenta e oito centavos) por ação (“Preço de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Aquisição). Dessa forma, em 11 de dezembro de 2018, foi verificada a efetiva transferência do controle acionário da Companhia para o Consórcio.

De acordo com o Edital Desestatização, os Vendedores destinaram 16.375.710 (dezesseis milhões, trezentas e setenta e cinco mil, setecentas e dez) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Ações ON") para aquisição pelos empregados da Companhia, no âmbito de oferta a eles destinada ("Oferta aos Empregados"). Pelas regras do Edital Desestatização, eventuais Ações ON que não fossem adquiridas na Oferta aos Empregados deveriam ser obrigatoriamente adquiridas pelo vencedor do Leilão, conforme cronograma previsto no Edital Desestatização.

Em 2 de janeiro de 2019, a comissão organizadora do Leilão enviou comunicação à Companhia informando que, no âmbito da Oferta aos Empregados, foram adquiridas pelos empregados um total de 1.805.906 (um milhão, oitocentos e cinco mil, novecentas e seis) Ações ON. Por conseguinte, a fim de cumprir as regras do Edital Desestatização, VTRM e SF 92, na qualidade de integrantes do Consórcio, ficaram restritas a adquirir as Ações ON objeto da Oferta aos Empregados remanescentes ("Segunda Tranche de Ações do Leilão").

Dessa forma, em 7 de janeiro de 2019, em cumprimento ao previsto no Edital Desestatização, VTRM, direta e indiretamente por meio da SF 92, realizou a liquidação da Segunda Tranche de Ações do Leilão, adquirindo as 14.569.804 (quatorze milhões, quinhentas e sessenta e nove mil, oitocentas e quatro) Ações ON remanescentes, conforme segue: (a) SF 92 adquiriu 7.284.901 (sete milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentas e uma) Ações ON, pelo montante total de R\$ 105.048.221,95 (cento e cinco milhões, quarenta e oito mil, duzentos e vinte e um reais e noventa e cinco centavos); e (b) VTRM adquiriu 7.284.903 (sete milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentas e três) Ações ON de emissão da Companhia, pelo montante total de R\$ 105.048.243,58 (cento e cinco milhões, quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

Como resultado da operação, o METRO, a DERSA, a SABESP, a DAEE, a CPP e o Estado deixaram de deter quaisquer ações de emissão da Companhia, a VTRM se tornou titular de 51.045.878 ações ordinárias e de 14.464.135 ações preferenciais classe B, representativas de, aproximadamente, 20% do capital social total da Companhia, e a SF 92 se tornou titular de 51.045.876 ações ordinárias e de 14.464.134 ações preferenciais classe B, representativas de aproximadamente 20% do capital social total da Companhia.

A CESP encerrou o exercício em 2018 com Disponibilidades de R\$410,9 milhões.

(ii) condições patrimoniais

A Companhia, atualmente, possui duas usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço e estão com 1.627 MW de capacidade instalada e 935 MW médios de garantia física de energia.

Em 23 de abril de 2019, o contrato de concessão de uso de bem público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL foi celebrado, regulando a exploração da UHE Porto Primavera por 30 anos, por meio do regime de Produção Independente de Energia Elétrica ("Contrato de Concessão da UHE Porto Primavera"). A partir desta data, a garantia física da UHE Porto Primavera passa a ser de 886,8 MW médios, conforme determina a Portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME") nº 66/2018.

Parque Gerador

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Usinas	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Extensão da Barragem (km)	Área do Reservatório (km²)	Capacidade Instalada (MW)	Energia de Garantia Física (MWm)
UHE Porto Primavera	1999	14	10,2	2.040	1.540	886,8
UHE Paraibuna	1978	2	0,5	177	87	47,5
Total		16	10,7	2.217	1.627	934,3

Em milhares de reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Imobilizado	5.956.429	6.305.943	6.356.617
Ativo Total	14.551.864	12.929.688	10.326.500
Imobilizado / Ativo Total	40,93%	48,77%	61,56%

Em 2020, a redução da relação Imobilizado/Ativo total comparado a 2019 deve-se, principalmente, (i) a redução do saldo de imobilizado, principalmente, pela depreciação do exercício; e (ii) à constituição de impostos diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal/base negativa conforme projeção de lucro tributável para o período de concessão da UHE Porto Primavera até 2048.

Em 2019, a redução da relação Imobilizado/Ativo total comparado a 2018 deve-se, principalmente, (i) ao aumento do Intangível pelo reconhecimento da Outorga e do UBP, devido ao novo Contrato de Concessão da UHE Porto Primavera; e (ii) à constituição de impostos diferidos sobre diferenças temporárias conforme projeção de lucro tributável para os próximos 10 anos.

Em 2018, a elevação na relação Imobilizado/Ativo Total em relação a 2017 deu-se, principalmente, em virtude da redução do saldo da rubrica Caução e depósitos vinculados, face a acordo judicial realizado com o Prefeituras e Ministério Público de Mato Grosso do Sul, em 30 de junho de 2018, com significativa redução do passivo, no saldo de Provisões para riscos legais.

Usinas Ilha Solteira, Jupia, Três Irmãos e Jaguari

Por meio da Medida Provisória (“MP”) nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da Companhia, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011.

Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a Companhia deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a Companhia continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normatização do Poder Concedente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a Companhia formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a Companhia manteve suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do Contrato de Concessão nº 003/2004, em 20 de maio de 2020. A Companhia, a partir de então, passou a operar temporariamente a UHE Jaguari no regime de cotas de garantia física, mantendo tal condição entre 21 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Em razão da publicação da Portaria/MME nº 449, de 13 de novembro de 2020, Furnas Centrais Elétricas S/A passou a ser a nova empresa responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguari, a partir de 01 de janeiro de 2021.

Demonstração do Patrimônio Líquido

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Capital Social	5.975.433	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Reservas de lucros	1.934.515	1.084.883	554.588
Ajustes de Avaliação patrimonial	(919.658)	(948.623)	(976.752)
Outros resultados abrangentes	(1.965.797)	(895.886)	(380.301)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.953.591	7.144.905	7.102.066
Lucro líquido do exercício	1.728.762	1.163.014	294.433

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital**2020**

Em 31 de dezembro de 2020 a estrutura de capital da Companhia era composta por 52% de capital próprio e 48% de capital de terceiros.

Como estratégia da gestão do endividamento, em agosto, a CESP captou R\$ 1,5 bilhão pela emissão da 12ª Debênture de infraestrutura a uma taxa de IPCA + 4,30% a.a. e prazo de 10 anos. A captação foi realizada com o objetivo de pré-pagar, parcialmente, as debêntures emitidas no âmbito da 11ª Emissão, que, por sua vez, foram emitidas com a finalidade de financiar o pagamento da outorga de renovação da concessão da UHE Porto Primavera. Com essa operação a dívida da CESP teve um aumento de cinco anos no prazo médio, mantendo, porém, o custo médio, além de melhorar as condições contratuais de forma mais adequá-las ao novo perfil de crédito da CESP. Em 31 de dezembro de 2020, o prazo médio da dívida era de 7,8 anos.

A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de dezembro de 2020 era R\$713 milhões contra R\$741 milhões em dezembro de 2019. A dívida líquida em 31 de dezembro de 2020 era de R\$1.216 milhões.

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.819.074	1.784.125	215.636
Arrendamento mercantil	6.488	7.208	
Caixa e equivalentes de caixa	(713.384)	(741.444)	(410.886)
Instrumentos financeiros derivativos	104.225	(39.943)	
Dívida líquida (a)	1.216.403	1.009.946	(195.250)
Patrimônio Líquido (b)	6.953.591	7.144.905	7.102.066
Índice de alavancagem financeira (a) / (b)	17,5%	14,1%	-2,7%

2019

A CESP possui uma estrutura de capital equilibrada, com capital de terceiros composto por 16,5% de obrigações de curto prazo e 83,5% de longo prazo.

O endividamento bruto em 31 dezembro de 2019 era de R\$1.791 milhões contra R\$216 milhões ao final de 2018. O aumento no endividamento decorre da 11ª emissão de debêntures da Companhia, realizada com o objetivo de pagar a outorga para a renovação da concessão da UHE Porto Primavera, com remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de sobretaxa de 1,64% ao ano, sendo que o pagamento da remuneração será realizado semestralmente e o principal terá prazo de vencimento em 7 anos e carência de 3 anos. Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio da dívida era de 4,4 anos. A dívida bruta está alocada em moeda nacional e indexada ao CDI.

A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de 2019 era R\$690 milhões contra R\$411 milhões em dezembro de 2018. Considerando o valor do caixa e o ajuste “Market to Market” dos instrumentos de derivativos, no montante de R\$39,9 milhões, a dívida líquida totalizou R\$1.101,1 milhões ao final de 2019.

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.784.125	215.636	388.684
Arrendamento mercantil	7.208		
Caixa e equivalentes de caixa	(741.444)	(410.886)	(310.536)
Instrumentos financeiros derivativos	(39.943)		
Dívida líquida (a)	1.009.946	(195.250)	78.148
Patrimônio Líquido (b)	7.144.905	7.102.066	7.114.565
Índice de alavancagem financeira (a) / (b)	14,1%	-2,7%	1,1%

2018

A CESP possuía uma estrutura de capital equilibrada, com Capital de Terceiros composto por 27,4% de obrigações de curto prazo e 72,6% de longo prazo, apresentando uma redução do seu endividamento se comparado ao exercício social de 2017.

A dívida financeira, composta por Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$215,6 milhões, tendo sido reduzida em cerca de R\$ 173 milhões (44,5%) se comparada com o exercício social de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2017, o que representava 2,2% em moeda nacional e 97,8% em moeda estrangeira. Ao final do ano de 2018, as Disponibilidades eram de R\$ 410,9 milhões, representando cerca de 190,6% do montante da dívida financeira.

Como pode ser observado no quadro a seguir, a CESP tem financiado suas operações, preferencialmente, com capital próprio, reduzindo, paulatinamente, o seu endividamento:

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Empréstimos, financiamentos e debêntures	215.636	388.684	651.545
Arrendamento mercantil	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	(410.886)	(310.536)	(504.029)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dívida líquida (a)	(195.250)	78.148	147.516
Patrimônio Líquido (b)	7.102.066	7.114.565	7.161.537
Índice de alavancagem financeira (a) / (b)	-2,7%	1,1%	2,1%

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**2020**

O fluxo de caixa operacional após serviço da dívida em 2020 foi de R\$743 milhões, o que representa um índice de conversão de caixa de, aproximadamente, 73%. O aumento de R\$48 milhões no fluxo de caixa operacional após serviço da dívida em relação a 2019, deve-se principalmente, pela redução no capital de giro decorrente do maior PDV em 2019.

Em 2020, a Companhia não possuía nenhum *covenant* financeiro.

Em 2020, o índice de liquidez corrente atingiu 1,06x comparado com 1,12x em 2019.

Obrigações financeiras:

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Curto Prazo	19.920	4.586	214.556
Longo Prazo	1.805.642	1.786.747	1.080
Dívida Bruta	1.825.562	1.791.333	215.636
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(713.384)	(741.444)	(410.886)
Dívida Líquida	1.112.178	1.049.889	(195.250)

2019

O fluxo de caixa livre em 2019 foi de R\$330 milhões, aumento de R\$230 milhões em relação ao ano de 2018, principalmente pelo desbloqueio de depósitos judiciais decorrente de acordo judiciais feitos durante o 4T19, parcialmente compensado: (i) pela redução no capital de giro decorrente de PDV; (ii) crescimento no serviço da dívida em função da captação de R\$1,8 bilhão

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de debêntures; (iii) pagamento de contencioso; (iv) pagamento da outorga de Porto Primavera e (v) dividendos pagos.

Em 2019, ocorreu a 11ª emissão de debêntures da Companhia, realizada com o objetivo de pagar a outorga para a renovação da concessão da UHE Porto Primavera no montante total de R\$ 1,8 bilhão.

A escritura de emissão das debêntures determina que a Companhia deverá apresentar, anualmente, um índice financeiro de Dívida Financeira Líquida / EBITDA ajustado menor ou igual a 3,50x, obrigação aplicável a partir das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e o não cumprimento justificará o vencimento antecipado das debêntures. Caso ocorra a não observância do critério, o agente fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas dentro de dois dias úteis. A operação de debêntures está garantida pelos recebíveis da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais da escritura de emissão estavam devidamente cumpridas pela Companhia

2018

A Companhia vem apresentando consistente geração de caixa medida pelo método “EBITDA Ajustado” que atingiu, em 2018, R\$502,7 milhões, nível suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamentos de compromissos.

A Companhia acessou o mercado de capitais ao final de 2018 para estruturação de operação de debêntures, com vistas ao levantamento de recursos para o pagamento da outorga de renovação da concessão da UHE Porto Primavera, devida a partir da assinatura do novo contrato de concessão. A conclusão da operação ocorreu no início de 2019, com a captação de R\$1,8 bilhão.

Em 31.12.2018, a dívida financeira ficou em R\$ 215 milhões, inferior à posição de 2017 que era de R\$ 388 milhões. Essa redução decorreu principalmente das amortizações, apesar da valorização do dólar em 17,13 durante o ano, sobre a dívida em moeda estrangeira.

Em 2018, o índice de liquidez corrente atingiu R\$ 0,97 e o índice de liquidez geral foi de R\$ 1,22. Em 2017, o índice de liquidez corrente era de R\$ 0,91 e o índice de liquidez geral de R\$ 1,13.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia, além dos programas ativos relacionados no subitem (f) a seguir, já utilizou operações de mercado de capitais, tal como emissão de dívida, como fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, tendo emitido por 12 vezes debêntures simples não conversíveis em ações da Companhia, sendo que 10 (dez) delas já foram totalmente quitadas.

De forma pioneira, a Companhia também lançou programa de CTEE's - Certificados a Termo de Energia Elétrica, que se diferenciava das Debêntures pelo seu lastro em energia elétrica (megawatt/hora). Foram 9 emissões, todas também já resgatadas. A Companhia também realizou 4 emissões de Fundo de Investimento de Direito Creditórios, lastreados em recebíveis de contratos de venda de energia, todas já quitadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No mercado internacional foram emitidas 8 séries do Programa de Notas de Médio Prazo (*Medium Term Notes MTN*) iniciado em 2001, última série em vigor (8ª), foi totalmente liquidada em 15/01/2015.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia não possui contratos de financiamento em aberto para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes. Possui somente debêntures emitidas em 2019 e em 2020 realizada com o objetivo de pagar a outorga para a renovação da concessão da UHE Porto Primavera.

Caso haja necessidade de fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, a Companhia poderá acessar o mercado financeiro e adotar a melhor alternativa que se enquadre em suas expectativas de custos, prazos e disponibilidades. Para investimento poderão ser utilizadas fontes de recursos compatíveis com as condições e as taxas de retorno de cada projeto.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas**(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela a seguir contempla a composição dos compromissos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
MOEDA ESTRANGEIRA	-	-	210.882
BNDES	-	-	209.743
Outras Instituições	▫	-	1.139
MOEDA NACIONAL	1.819.074	1.791.333	4.754
Debêntures	1.819.074	1.784.092	-
ELETROBRÁS	-	33	4.754
Arrendamento Mercantil	-	7.208	-
TOTAL	1.819.074	1.791.333	215.636

(i) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial no curso normal de seus negócios com instituições financeiras de acordo com as práticas do mercado. Contudo, não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das descritas neste formulário de referência para os últimos três exercícios sociais.

(i) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não há subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. Em eventual concurso universal de credores, as dívidas com garantia real têm prioridade de recebimento sobre as demais dívidas da Companhia, até o limite do bem gravado, em observância ao previsto na legislação vigente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (i) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 29 de outubro de 2020, foi assinado o Terceiro Aditamento da Escritura da 11ª Emissão de debêntures que excluiu a determinação de apresentar o índice financeiro de Dívida Financeira Líquida / EBITDA ajustado menor ou igual a 3,50x. Não há outras restrições relacionadas.

- (g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, pois a Companhia não possui limites em aberto em seus financiamentos nos 3 últimos exercícios sociais.

- (h) alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

As alterações significativas ocorridas nos principais itens das Demonstrações dos Resultados, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Balanço Patrimonial estão explicadas a seguir.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**Análise das principais variações referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019**

A tabela abaixo mostra informações extraídas das Demonstrações dos Resultados consolidada da Companhia, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, com análise horizontal e vertical.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS <i>(em mil de R\$, exceto em %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2020			2019
	R\$	AH (%)	AV (%)	R\$
Receita líquida	1.917.248	22%	100%	1.571.296
Custo do serviço de energia elétrica	(1.189.642)	9%	-62%	(1.092.015)
Custo com energia elétrica	(751.687)	13%	-39%	(667.717)
Custo com operação	(437.955)	3%	-23%	(424.298)
Lucro bruto	727.606	52%	38%	479.281
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(111.552)	-58%	-6%	(263.201)
Outras receitas operacionais, líquidas	196.672	-26%	10%	267.282
	85.120	1986%	4%	4.081
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	812.726	68%	42%	483.362
Resultado financeiro líquido				

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receitas financeiras	29.742	-60%	2%	74.438
Despesas financeiras	(585.670)	40%	-31%	(418.505)
Variações cambiais, líquidas	-	-100%	0%	(2.809)
	(555.928)	60%	-29%	(346.876)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	256.798	88%	13%	136.486
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(24.639)	76897%	-1%	(32)
Diferidos	1.496.603	46%	78%	1.026.560
Lucro líquido do exercício	1.728.762	49%	90%	1.163.014
Lucro básico por lote de mil ações, em reais	5,28	49%	0%	3,55

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida em 2020 totalizou R\$1,9 bilhão, aumento de R\$346 milhões (+22%) em relação a 2019, majoritariamente decorrente de:

- Comercializadoras: Aumento de R\$323 milhões decorrente, principalmente: (i) das condições contratuais previamente acordadas com as contrapartes (sazonalização de energia vendida); (ii) liquidação de saldo junto a CCEE no montante de ~R\$57 milhões e (iii) pela atualização dos contratos indexados ao dólar.
- Trading: início das operações de trading pela CESP Comercializadora, com receita de R\$112 milhões em 2020.
- Distribuidoras: Aumento de R\$17 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- Instrumentos Derivativos: Redução de R\$117 milhões pela variação do dólar no exercício na liquidação de instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial dos contratos do mercado livre, indexados ao dólar.
- Energia de curto prazo: Redução de R\$17 milhões devido a nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinada com uma gestão otimizada dos recebíveis na CCEE em decorrência da inadimplência sistêmica.

CUSTOS E DESPESAS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1.104 milhões em 2020, mesmo patamar do valor de R\$ 1.088 registrado em 2019. Em ambos os anos houve efeitos não recorrentes ou não caixa, conforme descritos a seguir:

- Reversão de provisão de litígios: Em 2020, ocorreu uma reversão de provisão no montante de R\$267 milhões em linha com a estratégia processual de redução do contingente passivo. Em 2019 houve reversão no montante de R\$332 milhões.
- Efeitos não recorrente: inclui: (i) Programa de Demissão Voluntária: Em 2020, houve o impacto de despesas, não recorrentes, de R\$15 milhões referente a gastos médicos do programa de Demissão Voluntário ("PDV") de 2019 acrescido de novos acordos firmados. Em 2019 os gastos com PDV somam R\$ 111 milhões e incluem os dois programas ocorridos durante o ano. (ii) *Impairment*: Em 2020 a reversão de *impairment* do ativo imobilizado foi de R\$8 milhões, frente aos R\$120 milhões registrados em 2019. (iii) Ativo contingente: ajuste de ativo contingente de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ilha Solteira e Jupia no valor de R\$230 milhões realizado em 2019, decorrente do reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015.

- Efeitos não caixa: Inclui depreciação/amortização, provisões de almoxarifado e a marcação a mercado de contratos futuros de energia. Em 2020 o montante foi de R\$419 milhões explicado pela depreciação de R\$397 milhões e pela marcação a mercado de contratos futuros de energia de R\$21 milhões. Em 2019 os efeitos não caixa somaram R\$380 milhões, explicado, principalmente, pelo valor de depreciação e amortização no período.
- Baixa de depósitos judiciais: Em 2020, foi reconhecida a despesa de R\$63 milhões referente a baixa de depósitos judiciais levantados pelas contrapartes sem o reconhecimento no resultado à época, identificados no processo de conciliação dos depósitos judiciais. Cabe ressaltar, que essa contabilização é resultado do avanço no processo de análise criteriosa do contencioso passivo e dos depósitos judiciais correspondentes aos processos.

Excluindo os efeitos não recorrentes e não caixa, os custos e as despesas operacionais em 2020 totalizaram R\$882 milhões, aumento de 8% em relação a 2019, quando reportou R\$834 milhões.

- Energia comprada: Aumento de R\$62 milhões em relação a 2019, decorrente, principalmente, da compra de energia para operações de trading no montante de R\$83 milhões em 2020 que, quando excluídas, reduzem em 4% o custo de compra de energia, demonstrando a gestão assertiva na equalização do balanço energético, com um preço médio de compra de R\$204 MW/h, 17% inferior ao de 2019 (R\$247 MW/h).
- Pessoal e Administradores: Em 2020, os gastos com pessoal e administradores atingiram R\$77 milhões, redução de 32% em relação a 2019, decorrente do ajuste do quadro de funcionários com a mudança no perfil profissional, acompanhada pela reformulação de metas, avaliação de desempenho, desenvolvimento e capacitação profissional.
- Serviços de terceiros, materiais e aluguéis: Em 2020, somou R\$38 milhões, redução de 28% em relação a 2019, destaque para o foco na disciplina de custos.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido de 2020 registrou despesa de R\$556 milhões comparado a despesa de R\$347 milhões apresentada de 2019. A variação pode ser explicada principalmente, por:

- Outras despesas financeiras: Aumento de R\$113 milhões, principalmente: (i) pela atualização do saldo do passivo atuarial (CPC 33) no montante de R\$60 milhões e (ii) pelo pagamento do prêmio de liquidação antecipada da 11ª Debênture no montante de R\$11 milhões e baixa proporcional do custo de captação no montante de R\$14 milhões e (iii) ajuste a valor presente do reconhecimento inicial em 2019 da provisão para obrigações socioambientais com variação de R\$19 milhões.
- Receitas financeiras: Redução de R\$45 milhões decorrente do menor nível do CDI que corrige as aplicações da Companhia.
- Atualização do saldo de provisão para litígios: Aumento de R\$43 milhões, decorrente da atualização do saldo de provisão para litígios, que possuem majoritariamente o IGP-M como indexador.
- Baixa de depósitos judiciais: Despesa de R\$24 milhões referente a reversão de correção monetária sobre depósitos judiciais levantados pelas contrapartes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Encargos de dívidas: Redução de R\$13 milhões devido, principalmente, a redução dos juros apropriados durante o ano de 2020, pela diminuição do CDI médio.

IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

O resultado com IR e CSLL em 2020 foi de R\$1,5 bilhão, sendo R\$25 milhões referente ao IR e CSLL correntes, e constituição de R\$1,5 bilhão de impostos diferidos ativos conforme teste de *impairment*. O valor pago de imposto em 2020, calculado por estimativa, foi de R\$73 milhões (caixa). Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis foram 100% reconhecidos em 2020, de acordo com probabilidade de realização de lucros futuros. O reconhecimento é oriundo, principalmente, do prejuízo fiscal (base negativa), provisão para *impairment*, provisão para litígios e provisão para ativos regulatórios, realizado conforme norma contábil, uma vez que a Instrução CVM 371/2002, que limitava em 10 anos o reconhecimento, foi revogada em agosto de 2020. Importante destacar que todas as compensações ocorrerão dentro do prazo da concessão da UHE de Porto Primavera, conforme expectativa da Companhia, de geração de lucros tributáveis futuros.

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido de 2020 apresentou lucro de R\$1,7 bilhão, contra um lucro de R\$1,1 bilhão em 2019. O principal impacto no lucro deste ano é o reconhecimento do IR/CSLL diferido no montante de R\$1,5 bilhão.

Análise das principais variações referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

A tabela abaixo mostra informações extraídas das Demonstrações dos Resultados consolidada da Companhia, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, com análise horizontal e vertical.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (em mil de R\$, exceto em %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019			2018 (Reapresentado)	
	R\$	AH (%)	AV (%)	R\$	AV (%)
Receita líquida	1.571.296	-4%	100%	1.634.110	100%
Custo do serviço de energia elétrica	(1.092.015)	-11%	-69%	(1.232.279)	-75%
Custo com energia elétrica	(667.717)	-23%	-42%	(866.112)	-53%
Custo com operação	(424.298)	16%	-27%	(366.167)	-22%
Lucro bruto	479.281	19%	31%	401.831	25%
Receitas (despesas) operacionais	4.081	-98%	0%	257.322	16%
Gerais e administrativas	(263.201)	44%	-17%	(182.194)	-11%
Outras receitas operacionais, líquidas	267.282	-39%	17%	439.516	27%
Lucro operacional antes das	483.362	-27%	31%	659.153	40%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

participações societárias e do resultado financeiro					
Resultado financeiro líquido	(346.876)	-7%	-22%	(374.867)	-23%
Receitas financeiras	74.438	-2%	5%	75.704	5%
Despesas financeiras	(418.505)	5%	-27%	(398.207)	-24%
Variações cambiais, líquidas	(2.809)	-95%	0%	(52.364)	-3%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	136.486	-52%	9%	284.286	17%
Imposto de renda e contribuição social			0%		0%
Correntes	(32)	0%	0%	0	0%
Diferidos	1.026.560	10017%	65%	10.147	1%
Lucro líquido do exercício	1.163.014	295%	74%	294.433	18%
Lucro básico por lote de mil ações, em reais	3,55	295%	0%	0,90	0%

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Líquida, em 2019, totalizou R\$1,6 bilhão, redução de R\$63 milhões (-4%) em relação a 2018, majoritariamente decorrente de:

- Energia de curto prazo: Redução de R\$48 milhões devido à nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinada com uma gestão otimizada dos recebíveis na CCEE em decorrência da inadimplência sistêmica.
- Comercializadoras: Redução de R\$65 milhões devido ao término e redução de contratos existentes, a fim de equacionar o balanço energético da Companhia.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- Deduções e outras receitas: Redução de R\$34 milhões devido à alteração do regime da UHE Porto Primavera para Produtor Independente de Energia, deixando de incidir RGR e passando a incidir UBP.
- Distribuidoras: Aumento de R\$19 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1.088 milhões em 2019, aumento frente a despesa de R\$975 milhões registrada em 2018.

Em ambos os anos houve efeitos não recorrentes ou não caixa, conforme descritos a seguir:

- Provisão de litígios: em 2019, ocorreu reversão de provisão no valor de R\$332 milhões, em linha com a estratégia de revisão constante dos prognósticos de risco dos processos judiciais e dos valores em discussão, em complementação à própria estratégia processual de redução do contingente passivo. Em 2018, a reversão de provisão foi no montante de R\$410 milhões.
- Efeitos não recorrentes: Inclui ajuste de ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia no valor de R\$230 milhões realizado em 2019, decorrente do reconhecimento no balanço da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015 e gastos com PDV de R\$111 milhões, compensado parcialmente, pela reversão de *impairment* do ativo imobilizado no montante de R\$120 milhões referente a 2019, contra reversão de R\$63 milhões ocorrida em 2018.

- Efeitos não caixa: Inclui depreciação, amortização, provisões de almoxarifado e reversão da provisão para PIS e COFINS sobre depósitos judiciais. Em 2019, o montante foi de R\$366 milhões e em 2018 foi de R\$303 milhões.
- Excluindo os efeitos não recorrentes e não caixa, os custos e as despesas operacionais de 2019 totalizaram R\$834 milhões, queda de 27% em relação a 2018, quando reportou R\$1.145 milhões, decorrente da redução de 28% no custo de energia comprada, 21% em pessoal e administradores e 23% em serviços de terceiros, materiais e aluguéis.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido de 2019 registrou despesa de R\$347 milhões comparado a despesa de R\$375 milhões apresentada de 2018. A variação pode ser explicada principalmente, por:

- Encargos de dívidas: Aumento decorrente do reconhecimento das obrigações da 11ª emissão de Debêntures, no montante de R\$1,8 bilhão, desembolsada em janeiro de 2019.
- Atualização do saldo de provisão para litígios: Redução de R\$90 milhões, decorrente da menor atualização do saldo de provisão para litígios.
- Variação cambial: Redução de R\$49 milhões em variação cambial decorrente dos pagamentos de principal e juros da dívida com o BNDES indexada a variação cambial realizados durante o ano de 2019.

RESULTADO LÍQUIDO

Em 2019, o lucro líquido atingiu R\$1,2 bilhão, crescimento de R\$869 milhões em relação ao ano de 2018.

A evolução do resultado líquido decorre, principalmente pela:

- Provisão para Litígios: em 2019, houve reversão de provisão para litígios no montante de R\$332 milhões, em comparação à reversão verificada em 2018, no montante de R\$410 milhões, decorrente, principalmente, do acordo extrajudicial com o Ministério Público e Prefeituras de Mato Grosso do Sul no montante de R\$405 milhões contabilizados no 2T18.
- Impairment: reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável (*impairment*) de R\$120 milhões em 2019 (vs. R\$63 milhões em 2018). A Companhia constatou que o valor contábil da UHE Jaguari se encontrava acima do seu valor justo, sendo reconhecido a perda, enquanto a UHE Porto Primavera apresentou recuperação de seu valor, frente à provisão contabilizada até 2018.
- Ajuste ativo contingente: redução de R\$230 milhões decorrente do ajuste do ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia, devido ao reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015.
- IR e CS diferidos: constituição de IR e CS diferidos no montante de R\$1 bilhão decorrente da expectativa de realização de lucro tributável nos próximos anos, conforme projeções da Companhia. A constituição refere-se, principalmente, às seguintes diferenças temporárias: (i)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

provisão para litígios; (ii) provisão de *impairment*; (iii) provisão para ativo contingente de Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**Análise comparativa dos balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019**

BALANÇO PATRIMONIAL <i>(em mil de R\$, exceto em %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2020			2019	
	R\$	AH (%)	AV (%)	R\$	AV (%)
ATIVO					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	713.384	-4%	5%	741.444	6%
Instrumentos financeiros derivativos		-100%	0%	18.718	0%
Contas a receber	272.817	37%	2%	198.930	2%
Tributos a recuperar	61.190	632%	0%	8.357	0%
Dividendos a receber			0%		0%
Despesas antecipadas	1.957	-83%	0%	11.186	0%
Outros ativos	69.509	-25%	0%	93.153	1%
	1.118.857	4%	8%	1.071.788	8%
Ativo Não Circulante					
Instrumentos financeiros derivativos		-100%	0%	21.225	0%
Contratos futuros de energia			0%		
Cauções e depósitos judiciais	260.496	-24%	2%	343.979	3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.954.680	111%	27%	1.877.412	15%
Almoxarifado	6.023	-21%	0%	7.611	0%
Ativo sujeito à indenização	1.739.161	1%	12%	1.719.390	13%
	5.960.360	50%	41%	3.969.617	31%
Imobilizado	5.956.429	-6%	41%	6.305.943	49%
Intangível	1.509.895	-4%	10%	1.575.300	12%
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	6.323	-11%	0%	7.106	0%
	13.433.007	13%	92%	11.857.966	92%
TOTAL DO ATIVO	14.551.864	13%	100%	12.929.754	100%

CONTAS A RECEBER

Aumento em contas a receber, principalmente, pelo início das operações de trading em 2020 com a CESP Comercializadora.

TRIBUTOS A RECUPERAR

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Aumento decorrente da antecipação de IRPJ e CSLL pelo cálculo por estimativa durante o exercício de 2020. Em dezembro de 2020, com a deliberação de pagamento de Juros sobre capital próprio, houve redução no lucro tributável da Companhia.

CAUÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 2020, houve redução do saldo de depósitos judiciais em 24% comparado ao saldo de 2019, em razão, principalmente, de baixa de depósitos judiciais já levantados pelas contrapartes, identificados no processo de conciliação dos depósitos judiciais. Cabe ressaltar, que essa contabilização é resultado do avanço no processo de análise criteriosa do contencioso passivo e dos depósitos judiciais correspondentes aos processos.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis foram 100% reconhecidos em 2020, de acordo com probabilidade de realização de lucros futuros. O reconhecimento é oriundo, principalmente, do prejuízo fiscal (base negativa), provisão para *impairment*, provisão para litígios e provisão para ativos regulatórios, realizado conforme norma contábil, uma vez que a Instrução CVM 371/2002, que limitava em 10 anos o reconhecimento, foi revogada em agosto de 2020. Importante destacar que todas as compensações ocorrerão dentro do prazo da concessão da UHE de Porto Primavera, conforme expectativa da Companhia, de geração de lucros tributáveis futuros.

BALANÇO PATRIMONIAL (em mil de R\$, exceto em %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2020			2019	
	R\$	AH (%)	AV (%)	R\$	AV (%)
PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO					
Passivo Circulante					
Fornecedores	7.475	-16%	0%	8.849	0%
Energia comprada para revenda	76.109	113%	1%	35.755	0%
Empréstimos e financiamentos	18.220	507%	0%	3.002	0%
Arrendamento mercantil	1.700	7%	0%	1.584	0%
Instrumentos financeiros derivativos	95.084		1%		0%
Contratos futuros de energia	17.336		0%		0%
Obrigações estimadas e folha de pagamento	23.387	9%	0%	21.497	0%
Tributos a recolher	40.721	73%	0%	23.535	0%
Encargos setoriais	96.003	-17%	1%	115.673	1%
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	581.919	-4%	4%	606.176	5%
UBP - Uso do bem público	41.307	41%	0%	29.275	0%
Obrigações socioambientais	28.426	21%	0%	23.474	0%
Outros passivos	22.906	-74%	0%	88.038	1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	1.050.593	10%	7%	956.858	7%
Passivo Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	1.800.854	1%	12%	1.781.123	14%
Arrendamento mercantil	4.788	-15%	0%	5.624	0%
Instrumentos financeiros derivativos	9.141		0%		0%
Contratos futuros de energia	4.108		0%		0%
Encargos setoriais	1.240	-90%	0%	12.014	0%
UBP - Uso do bem público	114.057	-28%	1%	158.355	1%
Provisão para litígios	1.748.257	-4%	12%	1.814.375	14%
Obrigações socioambientais	152.749	-7%	1%	164.536	1%
Benefícios pós-emprego	2.412.379	188%	17%	836.995	6%
Outros passivos	47.485	-14%	0%	54.969	0%
	6.295.058	30%	43%	4.827.991	37%
TOTAL DO PASSIVO	7.345.651	27%	50%	5.784.849	45%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	5.975.433	0%	41%	5.975.433	46%
Reserva de Capital	1.929.098	0%	13%	1.929.098	15%
Reserva de Lucros	2.187.137	102%	15%	1.084.883	8%
Ajustes de avaliação patrimonial	(919.658)	-3%	-6%	(948.623)	-7%
Outros resultados abrangentes	(1.965.797)	119%	-14%	(895.886)	-7%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.206.213	1%	50%	7.144.905	55%
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.551.864	13%	100%	12.929.754	100%

INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A CESP possui contratos de venda de energia indexados ao dólar. Com a finalidade de mitigar a exposição cambial proveniente desses contratos a Companhia implementou uma estratégia de hedge utilizando o instrumento financeiro de *Non-Deliverable Forward* ("NDFs") e contabilizados como hedge accounting. A estratégia tem o objetivo de proteger aproximadamente 95% da exposição cambial no período. A variação observada acompanha a taxa de câmbio do dólar, em conjunto com a liquidação dos contratos no exercício.

OUTROS PASSIVOS

Redução de 51%, principalmente, referente aos pagamentos de acordos judiciais.

PROVISÃO PARA LITÍGIOS

Variação justificada por, (i) reversão de provisão para litígios no montante de R\$ 266,6 milhões, em linha com a estratégia da Companhia de redução constante do contencioso passivo; (ii) R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

315,8 milhões referente a atualização monetária do período; (iii) R\$ 115,2 milhões de pagamentos de condenações e acordos.

BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Aumento do passivo atuarial de acordo com o cálculo emitido por atuário independente deve-se, principalmente, a crescimento dos benefícios maior que o esperado pela premissa de inflação parcialmente compensado pelo ganho acima do retorno esperado dos ativos do plano.

Análise comparativa dos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018

BALANÇO PATRIMONIAL (em mil de R\$, exceto em %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019			2018	
	R\$	AH (%)	AV (%)	R\$	AV (%)
ATIVO					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	741.444	80%	6%	410.886	3%
Instrumentos financeiros derivativos	18.718	0%	0%	0	0%
Contas a receber	198.930	-17%	2%	240.802	2%
Tributos a recuperar	8.357	-89%	0%	79.203	1%
Dividendos a receber		0%	0%		0%
Despesas antecipadas	11.186	-28%	0%	15.580	0%
Outros ativos	93.153	-14%	1%	108.528	1%
	1.071.788	25%	8%	854.999	6%
Ativo Não Circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	21.225	0%	0%	0	0%
Despesas antecipadas		-100%		7.511	0%
Cauções e depósitos judiciais	343.979	-36%	3%	536.254	4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.877.412	224%	15%	579.226	4%
Almoxarifado	7.611	77%	0%	4.302	0%
Ativo sujeito à indenização	1.719.390	-12%	13%	1.949.430	14%
Outros ativos		-100%	0%	1.361	0%
	3.969.617	29%	31%	3.078.094	22%
Imobilizado	6.305.943	-1%	49%	6.356.617	45%
Intangível	1.575.300	4181%	12%	36.800	0%
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	7.106	0%	0%	0	0%
	11.857.966	26%	92%	9.471.501	66%
TOTAL DO ATIVO	12.929.754	25%	100%	10.326.500	100%
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS					

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A CESP possui contratos de venda de energia indexados ao dólar que representam aproximadamente 30% de sua receita total. Com a finalidade de mitigar a exposição cambial proveniente desses contratos a Companhia implementou uma estratégia de hedge utilizando o instrumento financeiro de *Non-Deliverable Forward* ("NDFs") e contabilizados como hedge accounting. A estratégia tem o objetivo de proteger aproximadamente 95% da exposição cambial no período entre setembro de 2019 e dezembro de 2021.

CAUÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 2019, houve redução do saldo de depósitos judiciais em 36% comparado ao saldo de 2018, em razão de depósitos judiciais liberados em decorrência de acordos judiciais celebrados pela Companhia.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 2019, houve constituição de IR e CS diferidos no montante de R\$1 bilhão decorrente da expectativa de realização de lucro tributável nos próximos anos, conforme projeções da Companhia. A constituição refere-se, principalmente, as seguintes diferenças temporárias: (i) provisão para litígios; (ii) provisão de *impairment*; (iii) provisão para ativo contingente de Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia.

ATIVO SUJEITO À INDENIZAÇÃO

Redução de R\$230 milhões decorrente do ajuste do ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia, devido ao reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº 458/2015.

INTANGÍVEL

O aumento do intangível decorre, principalmente, do reconhecimento da outorga no valor de R\$ 1.398,7 milhões e do uso do bem público no valor de R\$ 181,8 milhões impactos da renovação do Contrato de Concessão da UHE Porto Primavera em abril de 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL (em mil de R\$, exceto em %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019			2018		
	R\$	AH (%)	AV (%)	R\$	AH (%)	AV (%)
PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO						
Passivo Circulante						
Fornecedores	8.849	17%	0%	7.595	[●]	0%
Energia comprada para revenda	35.755	-79%	0%	167.822	[●]	2%
Empréstimos e financiamentos	3.002	-99%	0%	214.556	[●]	2%
Arrendamento mercantil	1.584	100%	0%	0	[●]	0%
Obrigações estimadas e folha de pagamento	21.497	-15%	1%	25.211	[●]	0%
Tributos a recolher	23.535	23%	0%	19.061	[●]	0%
Encargos setoriais	115.673	-18%	0%	141.742	[●]	1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	606.176	103%	5%	298.750	[●]	3%
UBP - Uso do bem público	29.275	100%	0%	0	[●]	0%
Obrigações socioambientais	23.474	100%	0%	0	[●]	0%
Outros passivos	88.038	811%	1%	9.661	[●]	0%
	956.858	8%	7%	884.398	[●]	9%
Passivo Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	1.781.123	164819%	14%	1.080	[●]	0%
Arrendamento mercantil	5.624	100%	0%	0	[●]	0%
Encargos setoriais	12.014	-66%	0%	35.852	[●]	0%
UBP - Uso do bem público	158.355	100%	1%	0	[●]	0%
Provisão para litígios	1.814.375	-16%	14%	2.156.162	[●]	21%
Obrigações socioambientais	164.536	126%	1%	72.915	[●]	1%
Benefícios pós-emprego	836.995	100%	6%		[●]	0%
Outros passivos	54.969	-26%	0%	74.027	[●]	1%
	4.827.991	106%	37%	2.340.036	[●]	23%
TOTAL DO PASSIVO	5.784.849	79%	45%	3.224.434	[●]	31%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	5.975.433	0%	46%	5.975.433	[●]	58%
Reserva de Capital	1.929.098	0%	15%	1.929.098	[●]	19%
Reserva de Lucros	1.084.883	96%	8%	554.588	[●]	5%
Ajustes de avaliação patrimonial	(948.623)	-3%	-7%	(976.752)	[●]	-9%
Outros resultados abrangentes	(895.886)	136%	-7%	(380.301)	[●]	-4%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.144.905	1%	55%	7.102.066	[●]	69%
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.929.754	25%	100%	10.326.500	[●]	100%

ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Redução de R\$ 95,9 milhões pela reversão por pagamento da provisão referente a Liminar CCEE com relação ao parâmetro Lâmbda, com a operacionalização da decisão judicial pela CCEE.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos em 2019 é de R\$1.791 milhões contra R\$216 milhões ao final de 2018. O aumento no endividamento decorre da 11ª emissão de debêntures da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia, realizada com o objetivo de pagar a outorga para a renovação da concessão da UHE Porto Primavera, com remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de sobretaxa de 1,64% ao ano, sendo que o pagamento da remuneração será realizado semestralmente e o principal terá prazo de vencimento em 7 anos e carência de 3 anos. Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio da dívida era de 4,4 anos. A dívida bruta está alocada em moeda nacional e indexada ao CDI.

USO DO BEM PÚBLICO

Em 23 de abril de 2019, a ANEEL assinou o contrato de concessão de uso de bem público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL, que regula a exploração da UHE Porto Primavera por 30 anos, por meio do regime de Produção Independente de Energia Elétrica (“Contrato”). A data base do contrato, para fins de contagem de prazo de outorga, é 15 de abril de 2019. Conforme definido no contrato, a Companhia pagará pelo uso do bem público (“UBP”) de 2,5% sobre a receita bruta durante 5 anos, o ativo de UBP será amortizado pelo prazo de concessão.

DIVIDENDOS A PAGAR

O Conselho de Administração aprovou, em reunião de 17 de fevereiro de 2020, a proposta de distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$606 milhões, representando um *payout* de 52% e *dividend yield* de ~6% para todas as classes de ação da CESP (ON, PNA e PNB), com pagamentos nos meses de abril e outubro de 2020.

OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Aumento em Obrigações socioambientais referente a revisão da provisão constituída para as obrigações da Licença de Operação (“LO”) e dos Termos de ajuste de conduta (“TAC”).

LO: Custos relativos à LO de Porto Primavera, relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas às instalações da UHE, incluindo reflorestamento e programas sociais. Foi elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. A amortização será pelo prazo da licença de operação (10 anos).

TAC: Referente à passivo ambiental reconhecido devido à obrigação por parte da Companhia que incorreu em custo ambiental ainda não desembolsado. Obrigações relativas aos Termos de ajuste de conduta (TAC) firmados com Ministério Público e que não estão contidas nas condicionantes da Licença de Operação.

PROVISÃO PARA LITÍGIOS

Variação justificada por, (i) reversão de provisão para litígios no montante de R\$ 332 milhões no montante de R\$410 milhões, em linha com a estratégia da Companhia de redução constante do contencioso passivo; (ii) R\$ 272,3 milhões referente a atualização monetária do período; (iii) R\$ 282,0 milhões de pagamentos de condenações e acordos.

ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Registro de Passivo atuarial dos planos de previdência a empregados com a Funcesp (atual Vivest) conforme laudo atuarial preparado por atuário independente para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**(a) resultados das operações da Companhia****(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita operacional da Companhia decorre principalmente da venda de energia elétrica em contratos de longo prazo com diversas empresas distribuidoras de energia do país (ambiente de contratação regulada – leilões) e de fornecimento de energia a clientes consumidores livres e comercializadoras (ambiente de contratação livre), com oscilações nas quantidades físicas (MWh) e atualização de preços. Em 2020, a Companhia iniciou as operações da CESP Comercializadora e ingressou no mercado de trading de energia, dentro de limites de risco pré-estabelecidos.

O faturamento da CESP, em 2020, foi de R\$ 2.203,8 milhões, representando um aumento de 20% em relação ao faturamento de R\$ 1.830,5 milhões em 2019, especialmente relacionado ao início das operações de trading. Em 2018, foi de R\$ 1.924,7 milhões, conforme quadro a seguir:

(em R\$ mil)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Receita Operacional Bruta			
Receitas com energia			
Consumidores livres – Industrial	833.822	785.746	788.540
Agentes comercializadores	810.435	487.660	552.474
Operações de <i>trading</i>	112.152	-	-
Leilões de energia - Distribuidores de energia	498.445	481.588	463.076
Energia de curto prazo	55.296	72.235	120.648
Subtotal receita	2.310.150	1.827.229	1.924.738
Instrumentos financeiros derivativos	(116.295)	685	-
Suprimento em regime de quotas - UHE Jaguari	7.190	-	-
Outras receitas	2.753	2.585	2.581
Subtotal deduções	(106.352)	3.270	2.581
TOTAL	2.203.798	1.830.499	1.927.319

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os diretores entendem que os resultados das operações da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram significativamente afetados por diversos fatores, dentre eles:

- (i) condições e perspectivas econômicas no Brasil em geral;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- (ii) condições hidrológicas do Sistema Elétrico Nacional (SIN) e submercados em que as usinas da Companhia estão localizadas (submercado Sudeste/Centro-Oeste);
- (iii) nível dos reservatórios e risco hidrológico;
- (iv) exposição ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD);
- (v) mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; e
- (vi) resultados das disputas judiciais e outros.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é majoritariamente proveniente da geração de energia. Modificações de preço, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços à afetam da seguinte forma:

- modificação de preço: a variação do PLD pode afetar o resultado da Companhia positivamente quando sua geração é maior que sua energia assegurada, garantindo um superávit no período e possibilitando a venda dessa energia no mercado *spot* e negativamente, quando há déficit nessa relação e a Companhia precisa necessariamente comprar energia no curto prazo para suprir seus contratos de venda de energia;
- taxas de câmbio: A Companhia possui contratos de venda de energia indexados ao dólar que representam aproximadamente 30% de sua receita total.
- inflação: todos os contratos de venda de energia são corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("**IPCA**"). A receita da Companhia é beneficiada com o incremento desse índice, mas em contraparte, podemos perceber o aumento das despesas operacionais e despesas financeiras da Companhia nesse caso;

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1,9 bilhões, representando um aumento de 22% em relação ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando a Companhia teve receita operacional líquida de R\$1,6 bilhões. Os diretores da Companhia entendem que este desempenho é reflexo dos pontos expostos no item 10.2.a.i deste Formulário de Referência.

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1,6 bilhões, representando uma redução de 4% em relação ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando a Companhia teve receita operacional líquida de R\$1,6 bilhões. Os diretores da Companhia entendem que este desempenho é reflexo dos pontos expostos no item 10.2.a.i deste Formulário de Referência.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os diretores da Companhia esclarecem que a situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de geração de energia e pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) utilizado para precificar a energia no mercado de curto prazo, e que refletem a oferta/demanda e situação hidrológica do país.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conforme anteriormente mencionado, a situação financeira e o resultado das operações também são influenciados pelos encargos setoriais, homologados anualmente pela ANEEL.

A maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação. A Companhia ainda está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 11 de outubro de 2019, a ANEEL, por meio do despacho nº 2.731, autorizou a empresa CESP Comercializadora de Energia ("CESP Comercializadora") a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE. A CESP Comercializadora, empresa 100% controlada pela CESP, foi constituída com o objetivo de promover uma participação mais ativa da CESP no mercado de energia, gestão otimizada do balanço energético, tanto na compra de energia para mitigação de risco quanto na melhor estratégia possível para a venda da energia disponível. A CESP Comercializadora recebeu aportes de capital nos montantes de R\$ 1,0 milhão e R\$50,0 milhões em 31 de julho de 2019 e 3 de dezembro de 2019, respectivamente e iniciou suas operações em janeiro de 2020.

(c) eventos ou operações não usuais

Em 2020, houve gastos com Programa de demissão voluntária ("PDV") de R\$15 milhões e reversão de *impairment* do ativo imobilizado no montante de R\$7,6 milhões.

Em 2019, houve ajuste de ativo contingente de Ilha Solteira e Jupiá no valor de R\$230 milhões, decorrente do reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015, gastos com PDV de R\$111 milhões e reversão de *impairment* do ativo imobilizado no montante de R\$120 milhões.

Em 2018, foi celebrado acordo judicial com o Ministério Público e Prefeituras do Estado de Mato Grosso do Sul, cujos reflexos estão informados no item 10.1 (h) acima.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**(a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Companhia obteve autorização da ANEEL para operar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, por meio da CESP Comercializadora. Com o início das operações de comercialização de energia em janeiro de 2020 a Companhia passa a divulgar, também, suas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia consolida a CESP Comercializadora pois possui participação de 100% de seu capital votante e detém controle sobre a Companhia, isto é, está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes. Transações, saldos e resultados de transações entre a controlada e a Companhia são eliminados.

A controlada da Companhia realiza operações de comercialização, sendo essas transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que são celebrados, e reavaliados a valor justo na data do balanço, com contrapartida no resultado operacional.

O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Até o trimestre findo em 31 de março de 2019, a Companhia apresentava as despesas de atualização monetária da provisão para litígios em conjunto com as adequações de provisão e reversão no grupo de “Outras receitas operacionais líquidas”. A atual Administração decidiu reapresentar a atualização monetária da provisão para litígios no “Resultado financeiro” pelos seguintes fatores: (i) avaliou que grande parte da movimentação do saldo de provisão para litígios deve-se à atualização monetária do período, de modo que, com a segregação dos impactos na demonstração do resultado, as movimentações de provisão para litígios ficariam melhor demonstradas; (ii) a Companhia entende que a atualização monetária é um componente financeiro; e (iii) consistência com o registro da atualização monetária dos depósitos judiciais. Os períodos comparativos foram alterados para refletir a reclassificação.

Até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as despesas com entidade de previdência a empregados reflexo da adoção do CPC 33 – Benefício a empregados (IAS 19) como custo com operação na demonstração do resultado. A partir de 1º de janeiro de 2019, a Administração entende que pelo fato de grande parte dos participantes dos planos pertencerem à área administrativa, os valores tratados anteriormente como “Custo com operação”, enquadram-se melhor em “Despesas gerais e administrativas”. Os períodos comparativos foram alterados para refletir a reclassificação.

Em 2018, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em relação às adotadas em 2017.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos das alterações nas práticas contábeis durante o exercício social de 2019 (relacionadas ao exercício social de 2018) estão demonstrados abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

<i>(R\$ milhares)</i>	(Original)		(Reapresentado)
	2018	Reclassificação	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.634.110		1.634.110
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia elétrica	(866.112)		(866.112)
Custo com operação	(376.497)	10.330	(366.167)
	(1.242.609)	10.330	(1.232.279)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	391.501	10.330	401.831
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(171.864)	(10.330)	(182.194)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	77.734	361.782	439.516
	(94.130)	351.452	257.322
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	297.371	361.782	659.153
Receitas financeiras	136.015		136.015
Despesas financeiras	(149.100)	(361.782)	(510.882)
RESULTADO FINANCEIRO	(13.085)	(361.782)	(374.867)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	284.286	-	284.286

As mudanças nas práticas contábeis ocorridas durante o exercício social de 2018 não tiveram efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não estão presentes ressalvas no relatório do auditor nos últimos 5 exercícios.

O relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não contém parágrafo de ênfase.

O relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 não contém parágrafo de ênfase.

O relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, contém a seguinte ênfase:

“Ativo disponível para reversão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, a Companhia possui reconhecido o montante de R\$1.949.430 mil na Rubrica “Ativo

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

disponível para reversão”, líquido de provisão, no qual o montante de R\$232.068 mil é decorrente de melhorias realizadas nos ativos de concessão das Usinas de Jupia e Ilha Solteira para as quais a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para fins de indenização, bem como o montante de R\$1.717.362 mil que refere-se a indenização da Usina de Três Irmãos, cujo montante foi definido pela Portaria Interministerial N° 129, em 27 de março de 2014, publicado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda (MF), cujo valor base é de junho de 2012. A Companhia pleiteia na justiça a determinação dos montantes dos ativos indenizáveis e formas de recebimento. Nosso relatório não contém modificação sobre esse assunto.”

O auditor independente incluiu parágrafo de ênfase com relação a “Ativo disponível para reversão” em decorrência das discussões judiciais, relativos aos processos indenizatórios das usinas Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia, cujos montantes registrados pela Companhia são aqueles informados em Portarias Interministeriais da União como devidos à CESP, bem como pelos documentos apresentados pela Companhia, nos termos da resolução ANEEL nº 596/2013, que tratou do pleito relativo às modernizações e melhorias implementadas nas usinas Ilha Solteira e Jupia. Os montantes finais a serem indenizados à CESP dependerão do desfecho dos processos judiciais, bem como do posicionamento da ANEEL com relação à resolução nº 596/2013.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(a) Contas a receber

A metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é baseada na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

(b) Contratos futuros de energia

O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2020 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social diferidos e diferenças temporárias estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para o período das concessões, as quais são revisadas anualmente, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. As projeções com prazo limite de cada concessão adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

(d) Intangível e Imobilizado

A Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando o fluxo de caixa futuro das operações e do valor da indenização ao final da concessão, quando aplicável.

O valor recuperável dos ativos imobilizados foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos imobilizados durante sua vida útil e até o fim das concessões. Este fluxo de caixa foi realizado no nível de cada usina (UGC), entendido pela Administração como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa.

(e) Benefícios pós-emprego

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) /

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

IAS 19 – Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano.

(f) Provisão para litígios

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

(g) Obrigações socioambientais

Para esses custos é elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia possui os seguintes compromissos futuros de longo prazo não registrados nas demonstrações financeiras:

(em R\$ mil)	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2026	Total
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	5.235	5.078	5.084	5.084	5.084	116.943	142.509
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	185.726	197.441	197.441	197.441	197.441	4.541.149	5.516.641
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	48.301	46.601	46.601	46.756	46.756	1.075.392	1.310.407
Encargos de conexão	126	141	143	143	143	3.293	3.989
Contratos de compra de energia	459.832	35.395	9.489	6.795	4.710	7.343	523.565
Total	699.221	284.656	258.759	256.220	254.135	5.744.119	7.497.111

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2020, os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis foram 100% reconhecidos de acordo com probabilidade de realização de lucros futuros. Dessa forma, não há mais valores não registrados no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui impostos diferidos ativos não registrados no balanço patrimonial no total de R\$ 1.521,3 milhões. Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2019 de créditos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos e sobre diferenças temporárias, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para os próximos 10 anos, as quais são revisadas anualmente, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos realizados nos últimos anos visaram sobretudo ao programa de manutenção do parque gerador, incluindo melhorias e modernização dos equipamentos. O valor investido no ativo imobilizado e intangível em 2020 foi de R\$ 15,6 milhões.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia dispõe de recursos próprios para aplicação em projetos, nos quais pretende ter participação minoritária. Dependendo dos projetos, estes poderão ser financiados por instituições financeiras privadas e governamentais, geralmente da ordem de até 70%.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Por meio da Medida Provisória (“MP”) nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da Companhia, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011.

Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a Companhia deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a Companhia continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normatização do Poder Concedente.

Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a Companhia formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a Companhia manteve suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do Contrato de Concessão nº 003/2004, em 20 de maio de 2020. A Companhia, a partir de então, passou a operar temporariamente a UHE Jaguari no regime de cotas de garantia física, mantendo tal condição entre 21 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Em razão da publicação da Portaria/MME nº 449, de 13 de novembro de 2020, Furnas Centrais Elétricas S/A passou a ser a nova empresa responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguari, a partir de 01 de janeiro de 2021.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há operações de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que já tenham sido divulgadas e que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A descrição das pesquisas em andamento encontra-se no subitem “iii” a seguir, juntamente com os nomes dos projetos e investimentos realizados. Trata-se dos projetos de pesquisa e desenvolvimento em andamento no âmbito do Programa de P&D da ANEEL, conforme Lei nº 9.991/2000.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2020, a Companhia recolheu R\$ 6 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 3 milhões ao Ministério de Minas e Energia (MME) e investiu R\$ 7,3 milhões em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2020, a Companhia possuía um total de 5 projetos de P&D em andamento, sendo 3 próprios e 2 estratégicos, todos em cooperação com outras entidades executoras.

Enquadrados pela ANEEL no tema “Fontes Alternativas de Geração”, tiveram andamento os 2 projetos a seguir:

- Cogeração de Energia Elétrica no Setor Sucroalcooleiro Com Aproveitamento de Bioenergéticos Regionais: Rotas Tecnológicas para Otimização do Processo Produtivo. O objetivo desta pesquisa é a otimização da cogeração a partir de biomassa de cana de açúcar, com complementação de biogás de vinhaça e outros bioenergéticos disponíveis regionalmente. Iniciado em 2019, os investimentos realizados neste projeto até dezembro daquele ano foram de R\$ 3,1 milhões.
- Implantação de Usina Piloto por meio de Integração da Fonte de Geração Termossolar ao Complexo de Energias Alternativas Renováveis da UHE Porto Primavera. Em desenvolvimento desde janeiro de 2017, trata-se de projeto estratégico lançado em chamada pública pela ANEEL, cuja pesquisa consiste na construção de uma usina piloto de até 0,5 MW de capacidade instalada, no terreno da UHE Porto Primavera. O objetivo é consolidar a UHE como um Polo de Pesquisa de fontes renováveis por meio de sistemas Termossolar, fotovoltaico e eólico, os quais poderão operar em conjunto com a geração hidrelétrica. A duração estimada do projeto é de 60 meses (aditivo), com término previsto para dezembro de 2021. Até o final de 2020, foram investidos R\$ 42 milhões.

Com o tema “Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica”, prosseguiu em andamento o projeto Prolongamento da Vida Útil de Enrolamento Estatístico através do Controle e Otimização de Água de Refrigeração, cujo objetivo é investigar os efeitos da fadiga do enrolamento (peça utilizada em componentes de UHEs) na sua vida útil para o sistema tradicional de refrigeração em comparação a um sistema ativo de controle de vazão de água, procurando-se formas de manter o enrolamento operando dentro de uma faixa mínima de variação de temperatura. Com prazo de duração previsto de 3 anos, esta pesquisa terá seu término em 2020. Até dezembro de 2020, foram despendidos R\$ 5 milhões.

Prosseguiu em andamento no ano de 2020, na categoria de temas da ANEEL denominada “Outros”, o projeto “Análise da Eficiência do Armazenamento Complementar de Energia junto a Usinas Hidrelétricas utilizando Tecnologias de Armazenamento Eletroquímico e em Hidrogênio: Rota Tecnológicas para Aplicações em Larga Escala no Brasil - Sistema de Armazenamento Piloto CESP”, no âmbito da Chamada Pública de Projeto de P&D Estratégico nº 021/2016, cujo

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

objetivo é a pesquisa da aplicação de tecnologias de armazenamento de energia eletroquímico e a hidrogênio, com previsão de término em novembro de 2020 (aditivo). Até o final de 2020, foram investidos R\$ 29,7 milhões.

Por fim, continuou em andamento o Projeto de Gestão 2019-2021, estabelecido pela ANEEL para a gestão do programa de P&D de cada uma das empresas participantes. Até o final de 2020, o projeto totalizou R\$ 1,5 milhão em investimentos.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produto ou serviços

Não se aplica, pois consideram-se os investimentos com pesquisa e desenvolvimento conforme subitem “ii”.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia esclarece que não possui despesas com publicidade, patrocínios e convênios relevantes.

Adicionalmente, todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já foram comentados nos itens anteriores.

Os dados financeiros dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, refletem o resultado consolidado da Companhia, para fins comparáveis. Já os resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 não são consolidados, dado que a controlada CESP Comercializadora de Energia S.A. foi adquirida em 2019.